

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

RELATÓRIO CONTÁBIL

4º TRIMESTRE 2024

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 do Instituto Federal Catarinense.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo circulante de caixa e equivalente de caixa da entidade está subavaliado em um montante estimado de R\$ 1,6 milhões devido ao não reconhecimento de valores de garantias contratuais registrados em contas vinculadas do Bando do Brasil.
 - a. *Existem valores registrados nas contas vinculadas de contratos administrativos junto ao Banco do Brasil, mas que não possuem registro no ativo da entidade, totalizando cerca de R\$ 1,6 milhões de saldo de caixa e equivalentes não registrados. Os referidos valores são registrados contra a conta de adiantamentos e demais obrigações no passivo circulante.*
2. O ativo circulante de créditos a curto prazo da entidade está subavaliado em um montante estimado de R\$ 2,1 milhões devido ao não reconhecimento de valores a receber a título de multas administrativas e dos valores registrados na dívida ativa do sistema da AGU.
 - a. *Existem valores de multas contratuais e outras receitas a receber de fornecedores, mas que não possuem registro no ativo da entidade, totalizando cerca de R\$ 100 mil de créditos a receber não registrados.*

- b. Existem valores registrados em dívida ativa no sistema da AGU, mas que não possuem registro no ativo da entidade, totalizando cerca de R\$ 2 milhões de créditos a receber não registrados.*
3. O ativo não circulante de imobilizado da entidade está subavaliado em um montante estimado de R\$ 13,5 milhões devido ao não reconhecimento de imóveis que se encontram na conta transitória de obras em andamento.
- a. Existem valores registrados na conta de obras em andamento, mas que se encontram finalizadas necessitando realizar o registro no sistema SPIUnet para comporem o imobilizado do ente, totalizando cerca de R\$ 13,5 milhões de bens não alocados nas respectivas contas contábeis de bens imóveis.*
4. O passivo circulante de demais obrigações a curto prazo da entidade está superavaliado em um montante estimado de R\$ 37,6 milhões devido à falta de registro das prestações de contas dos termos de execução descentralizadas (TED) pelo órgão concedente.
- a. Existem valores registrados na conta de transferências financeiras a comprovar relativo à TED's celebrados com o IFC que carecem do registro das prestações de contas, a qual já foram enviadas ao ente concedente, no SAIFI, totalizando cerca de R\$ 37,6 milhões em transferências já comprovadas, mas que permanecem com saldo no passivo. Os lançamentos para a baixa destes valores, devem ser feitos pelo órgão concedente dos TED's.*
5. Demais inconsistências não vinculadas às demonstrações contábeis.
- a. O registro da conformidade de gestão ainda está sendo realizado sem considerar todas as análises necessárias de modo a assegurar a qualidade das informações registradas diariamente nas demonstrações contábeis.*
- b. O processo de implantação do SIADS ainda está em andamento, sendo que o sistema não encontra-se em uso pois carece da importação dos bens e saldos patrimoniais para iniciar sua plena operacionalização de controle patrimonial.*

Ministério da Educação

contábil

Instituto Federal Catarinense

TRIM/2024

Contador Responsável: Charles Laubenstein

Relatório

4º

CRC/SC: 038093/O-4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL- TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26.422- INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE E- AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26.000- MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTOTRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A.H.	A.V.
ATIVO CIRCULANTE	41.190.436,99	36.878.311,10	11,69%	4,76%
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%	4,29%
Créditos a Curto Prazo	1.500.118,12	1.622.557,08	-7,55%	0,17%
Demais Créditos e Valores	1.500.118,12	1.622.557,08	-7,55%	0,17%
Demais Créditos e Valores	1.500.118,12	-	-	0,17%
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	2.452.236,52	2.578.638,67	-4,90%	0,28%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	92.920,99	63.932,56	45,34%	0,01%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	823.787.826,13	661.848.574,94	24,47%	95,24%
Ativo Realizável a Longo Prazo	28.649,00	15.149,00	89,11%	0,00%
Créditos a Longo Prazo	28.649,00	15.149,00	89,11%	0,00%
Demais Créditos e Valores	28.649,00	15.149,00	89,11%	0,00%
Demais Créditos e Valores	28.649,00	-	-	0,00%
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Participações Permanentes	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
Investimento do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-
Imobilizado	822.982.101,44	661.116.716,93	24,48%	95,14%
Bens Móveis	58.223.305,77	63.773.592,16	-8,70%	6,73%
Bens Móveis	115.847.366,86	109.906.806,08	5,41%	13,39%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-49.274.703,24	-37.783.856,07	30,41%	-5,70%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-8.349.357,85	-8.349.357,85	0,00%	-0,97%
Bens Imóveis	764.758.795,67	597.343.124,77	28,03%	88,41%
Bens Imóveis	765.167.952,70	598.320.621,61	27,89%	88,46%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-409.157,03	-977.496,84	-58,14%	-0,05%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
Intangível	777.075,69	716.709,01	8,42%	0,09%
Softwares	777.075,69	716.709,01	8,42%	0,09%
Softwares	901.884,57	785.817,65	14,77%	0,10%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-124.808,88	-69.108,64	80,60%	-0,01%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	864.978.263,12	698.726.886,04	23,79%	100,00%

QUADRO DE ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A.H.	A.V.
ATIVO FINANCEIRO	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%	4,29%
ATIVO PERMANENTE	827.833.101,76	666.113.703,25	24,28%	95,71%

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A.H.	A.V.
ESPECIFICAÇÃO / Saldo de Atos Potenciais Ativos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	43.199.553,62	35.224.432,43	22,64%	100,00%
Atos Potenciais Ativos	43.199.553,62	35.224.432,43	22,64%	100,00%
Garantias e Contragarantias Recebidas	7.320.788,37	6.178.943,57	18,48%	16,95%
Direitos Convencionados e Outros Instrumentos Congêneres	35.830.398,58	28.975.881,67	23,66%	82,94%
Direitos Contratuais	48.366,67	69.607,19	-30,51%	0,11%
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	-	-
TOTAL	43.199.553,62	35.224.432,43	22,64%	100,00%

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A. H.	A. V.
PASSIVO CIRCULANTE	96.996.627,48	80.923.276,80	19,86%	11,21%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	28.545.501,73	28.767.595,87	-0,77%	3,30%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.834.153,01	1.809.692,22	167,13%	0,56%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	40,56	-	-	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	63.616.932,18	50.345.988,71	26,36%	7,35%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	96.996.627,48	80.923.276,80	19,86%	11,21%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A. H.	A. V.
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	21.525,30	21.525,30	0,00%	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	293.954.751,87	149.705.745,14	96,36%	33,98%
Resultados Acumulados	474.005.358,47	468.076.338,80	1,27%	54,80%
Resultado do Exercício	12.574.998,42	-3.891.671,76	-423,13%	1,45%
Resultados de Exercícios Anteriores	470.119.925,48	471.527.020,44	-0,30%	54,35%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.689.565,43	440.990,12	-2070,47%	-1,00%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	767.981.635,64	617.803.609,24	24,31%	88,79%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	864.978.263,12	698.726.886,04	23,79%	100,00%

QUADRO DE PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A. H.	A. V.
PASSIVO FINANCEIRO	82.596.210,09	75.780.576,60	8,99%	63,72%
PASSIVO PERMANENTE	47.019.379,97	34.537.407,26	36,14%	36,28%
SALDO PATRIMONIAL	735.362.673,06	588.408.902,18	24,97%	-

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A. H.	A. V.
ESPECIFICAÇÃO/ Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	83.414.240,94	78.529.524,19	6,22%	100,00%
Atos Potenciais Passivos	83.414.240,94	78.529.524,19	6,22%	100,00%
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros	427.959,13	30.818,47	1288,64%	0,51%
Obrigações Contratuais	82.986.281,81	78.498.705,72	5,72%	99,49%
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-	-	-
TOTAL	83.414.240,94	78.529.524,19	6,22%	100,00%

DEMONSTRATIVO DOS SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-41.564.901,51
Recursos Vinculados	-3.886.147,22
Educação	-2.986.793,74
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-68.542,67
Fundos, Órgãos e Programas	-830.810,81
TOTAL	-45.451.048,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26.422- INST.FED.DE EDUC.,CIENC.ETEC.CATARINENSE- AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26.000- MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.895.362,00	1.895.362,00	1.714.380,06	-180.981,94
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	182.307,00	182.307,00	236.182,57	53.875,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	182.307,00	182.307,00	236.182,57	53.875,57
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demaís Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	616.804,00	616.804,00	522.734,52	-94.069,48
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	651.214,00	651.214,00	718.857,79	67.643,79
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	651.214,00	651.214,00	718.857,79	67.643,79
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	4.708,00	4.708,00
Outras Receitas Correntes	445.037,00	445.037,00	231.897,18	-213.139,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	188.518,00	188.518,00	95.426,45	-93.091,55
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	256.519,00	256.519,00	136.468,73	-120.050,27
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demaís Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demaís Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.895.362,00	1.895.362,00	1.714.380,06	-180.981,94
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.895.362,00	1.895.362,00	1.714.380,06	-180.981,94
DEFICIT	-	-	511.215.387,31	511.215.387,31
TOTAL	1.895.362,00	1.895.362,00	512.929.767,37	511.034.405,37
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	24.646.765,00	-	-24.646.765,00
Superavit Financeiro	-	565.816,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	24.080.949,00	-	-

DESPESA						
DESPESA ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	475.238.143,00	498.001.298,00	501.506.850,64	483.719.084,04	434.407.188,83	-3.505.552,64
Pessoal e Encargos Sociais	386.435.297,00	396.326.824,00	393.686.823,52	393.416.043,05	352.408.954,33	2.640.000,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	88.802.846,00	101.674.474,00	107.820.027,12	90.303.040,99	81.998.234,50	-6.145.553,12
DESPESAS DE CAPITAL	1.000.000,00	2.883.610,00	11.422.916,73	1.150.640,54	1.119.970,67	-8.539.306,73
Investimentos	1.000.000,00	2.883.610,00	11.422.916,73	1.150.640,54	1.119.970,67	-8.539.306,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	476.238.143,00	500.884.908,00	512.929.767,37	484.869.724,58	435.527.159,50	-12.044.859,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	476.238.143,00	500.884.908,00	512.929.767,37	484.869.724,58	435.527.159,50	-12.044.859,37
TOTAL	476.238.143,00	500.884.908,00	512.929.767,37	484.869.724,58	435.527.159,50	-12.044.859,37

ANEXO 1- DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESPOSTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESA ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.527.844,23	12.549.505,78	12.263.859,03	12.251.056,74	1.232.748,97	593.544,30
Pessoal e Encargos Sociais	178.582,77	7.125,97	-	-	178.582,77	7.125,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.349.261,46	12.542.379,81	12.263.859,03	12.251.056,74	1.054.166,20	586.418,33
DESPESAS DE CAPITAL	4.721.255,62	10.650.953,47	11.070.611,25	11.047.418,98	323.420,06	4.001.370,05
Investimentos	4.721.255,62	10.650.953,47	11.070.611,25	11.047.418,98	323.420,06	4.001.370,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.249.099,85	23.200.459,25	23.334.470,28	23.298.475,72	1.556.169,03	4.594.914,35

ANEXO 2- DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESPOSTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESA ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	72.489,76	45.418.676,89	45.415.126,89	3.550,00	72.489,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	42.073.595,42	42.073.595,42	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	72.489,76	3.345.081,47	3.341.531,47	3.550,00	72.489,76
DESPESAS DE CAPITAL	3.209,62	770.690,36	549.642,51	-	224.257,47
Investimentos	3.209,62	770.690,36	549.642,51	-	224.257,47
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	75.699,38	46.189.367,25	45.964.769,40	3.550,00	296.747,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO- TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422- INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000- MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A.H.	A.V.
Receitas Orçamentárias	1.714.380,06	1.420.689,75	20,67%	0,25%
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	1.719.809,42	1.620.032,52	6,16%	0,25%
Educação	50,00	-	-	0,00%
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.718.902,42	1.619.109,52	6,16%	0,25%
Recursos Não Classificados	857,00	923,00	-7,15%	0,00%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	- 5.429,36	- 199.342,77	- 97,28%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	563.330.606,82	512.408.953,10	9,94%	83,24%
Resultante da Execução Orçamentária	506.925.136,73	483.844.469,94	4,77%	74,90%
Repasse Recebido	467.621.785,26	438.325.607,19	6,68%	69,09%
Sub-repasse Recebido	39.303.351,47	45.518.862,75	-13,65%	5,81%
Independente da Execução Orçamentária	56.405.470,09	28.564.483,16	97,47%	8,33%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	41.932.067,99	27.224.214,13	54,02%	6,20%
Demais Transferências Recebidas	1.339,23	419,60	219,17%	0,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	14.472.062,87	1.339.849,43	980,13%	2,14%
Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	79.136.746,27	69.845.617,60	13,30%	11,69%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	49.342.565,08	45.951.804,02	7,38%	7,29%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.060.042,79	23.200.459,25	20,95%	4,15%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	645.327,79	345.795,78	86,62%	0,10%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.088.810,61	347.558,55	213,27%	0,16%
Ordens Bancárias não Sacadas- Cartão de Pagamento	925,75	3.734,25	-75,21%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	1.087.884,86	341.020,30	219,01%	0,16%
Demais Recebimentos	-	2.804,00	-	-
Saldo do Exercício Anterior	32.613.182,79	29.022.232,70	12,37%	4,82%
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.613.182,79	29.022.232,70	12,37%	4,82%
TOTAL	676.794.915,94	612.697.493,15	10,46%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	A. H.	A. V.
Despesas Orçamentárias	512.929.767,37	478.608.695,01	7,17%	75,79%
Ordinárias	471.111.453,56	434.916.515,68	8,32%	69,61%
Vinculadas	41.818.313,81	43.692.179,33	-4,29%	6,18%
Educação	4.763.260,78	1.587.068,12	200,13%	0,70%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	908.405,36	27.064.901,68	-96,64%	0,13%
Previdência Social (RPPS)	33.026.866,00	-	-	4,88%
Dívida Pública	-	13.873.917,94	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.119.781,67	1.166.291,59	167,50%	0,46%
Transferências Financeiras Concedidas	57.042.950,32	57.067.793,41	-0,04%	8,43%
Resultantes da Execução Orçamentária	39.482.301,92	45.942.856,33	-14,06%	5,83%
Repasse Concedido	178.950,45	423.993,58	-57,79%	0,03%
Sub-repasse Concedido	39.303.351,47	45.518.862,75	-13,65%	5,81%
Independentes da Execução Orçamentária	17.560.648,40	11.124.937,08	57,85%	2,59%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	16.470.904,99	10.770.269,90	52,93%	2,43%
Demais Transferências Concedidas	-	13.621,88	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.089.743,41	341.045,30	219,53%	0,16%
Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	69.677.036,89	44.407.821,94	56,90%	10,30%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	45.964.769,40	27.889.845,26	64,81%	6,79%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23.298.475,72	16.159.646,16	44,18%	3,44%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	410.263,77	358.330,52	14,49%	0,06%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.528,00	-	-	0,00%
Demais Pagamentos	3.528,00	-	-	0,00%
Saldo para o Exercício Seguinte	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%	5,49%
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%	5,49%
TOTAL	676.794.915,94	612.697.493,15	10,46%	100,00%



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422- INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENS E- AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2024	2023	A. H.	A. V.
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	615.730.170,76	571.468.943,54	7,75 %	100,00 %
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.477.639,43	1.300.166,22	13,65 %	0,24 %
Venda de Mercadorias	522.734,52	551.007,66	- 5,13 %	0,08 %
Vendas de Produtos	-	-	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	954.904,91	749.158,56	27,46 %	0,16 %
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	185,45	25,14	637,67 %	0,00 %
Juros e Encargos de Mora	185,45	25,14	637,67 %	0,00 %
Transferências e Delegações Recebidas	566.700.988,02	514.416.813,62	10,16 %	92,04 %
Transferências Intragovernamentais	563.330.606,82	512.411.757,10	9,94 %	91,49 %
Transferências das Instituições Privadas	4.708,00	-	-	0,00 %
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.365.673,20	2.005.056,52	67,86 %	0,55 %
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	46.231.459,41	55.476.004,21	-16,66 %	7,51 %
Reavaliação de Ativos	-	-	-	-
Ganhos com Alienação	-	196.350,00	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	40.110.501,70	52.856.175,23	- 24,11 %	6,51 %
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.120.957,71	2.423.478,98	152,57 %	0,99 %
Reversão de Redução do Valor Recuperável	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.319.898,45	275.934,35	378,34 %	0,21 %
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.319.898,45	275.934,35	378,34 %	0,21 %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	603.155.172,34	575.360.615,30	4,83 %	100,00 %
Pessoal e Encargos	383.322.837,77	358.819.998,65	6,83 %	63,55 %
Remuneração Pessoal	296.885.336,44	283.163.461,92	4,85 %	49,22 %
Encargos Patronais	60.419.165,63	57.718.660,45	4,68 %	10,02 %
Benefícios Pessoal	26.010.835,70	17.917.876,28	45,17 %	4,31 %
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas- Pessoal e Encargos	7.500,00	20.000,00	- 62,50 %	0,00 %
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.588.986,67	34.715.532,03	16,92 %	6,73 %
Aposentadorias e Reformas	33.218.620,58	28.479.968,43	16,64 %	5,51 %
Pensões	3.025.508,78	2.902.658,99	4,23 %	0,50 %
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.344.857,31	3.332.904,61	30,36 %	0,72 %
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	72.564.388,94	65.835.451,77	10,22 %	12,03 %
Uso de Material de Consumo	11.818.420,65	12.186.748,34	- 3,02 %	1,96 %
Serviços	48.275.696,05	40.857.224,31	18,16 %	8,00 %
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.470.272,24	12.791.479,12	- 2,51 %	2,07 %
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.343,33	8.855,59	- 73,54 %	0,00 %
Juros e Encargos de Mora	2.293,33	8.220,03	- 72,10 %	0,00 %
Descontos Financeiros Concedidos	50,00	635,56	- 92,13 %	0,00 %
Transferências e Delegações Concedidas	58.542.419,01	58.460.937,21	0,14 %	9,71 %
Transferências Intragovernamentais	57.046.478,32	57.067.793,41	- 0,04 %	9,46 %
Transferências às Instituições Privadas	96.326,00	96.292,00	0,04 %	0,02 %
Transferências ao Exterior	-	6.666,00	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.399.614,69	1.290.185,80	8,48 %	0,23 %
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	35.552.954,99	45.537.593,03	- 21,93 %	5,89 %
Reavaliação, Redução do Valor Recuperável e Ajustes/ Perdas	9.546.350,88	20.596.659,72	- 53,65 %	1,58 %
Perdas com Alienação	-	-	-	-
Perdas Involuntárias	20.975,32	35.825,57	- 41,45 %	0,00 %
Incorporação de Passivos	18.589.925,31	11.815.954,16	57,33 %	3,08 %
Desincorporação de Ativos	7.395.703,48	13.089.153,58	- 43,50 %	1,23 %
Tributárias	299.835,47	270.932,19	10,67 %	0,05 %
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	177.945,42	148.843,39	19,55 %	0,03 %
Contribuições	121.890,05	122.088,80	- 0,16 %	0,02 %
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.281.406,16	11.711.314,83	4,87 %	2,04 %
Premiações	3.039,24	-	-	0,00 %
Incentivos	11.498.556,84	11.636.991,24	- 1,19 %	1,91 %
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	779.810,08	74.323,59	949,21 %	0,13 %
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12.574.998,42	-3.891.671,76	-423,13 %	-


VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2024	2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 26422- INST.FED.DE EDUC.,CIENC.ETEC.CATARINENSE- AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000- MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023	A. H.	A. V.
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.249.010,73	16.604.354,16	3,88%	100,00%
INGRESSOS	566.778.199,53	514.322.912,93	10,20%	100,00%
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	236.182,57	165.261,29	42,91%	0,04%
Receita Agropecuária	522.734,52	551.007,66	-5,13%	0,09%
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	718.857,79	583.286,85	23,24%	0,13%
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	231.897,18	-75.216,05	-408,31%	0,04%
Transferências Recebidas	4.708,00	-	-	0,00%
Outras Transferências Recebidas	4.708,00	-	-	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	565.063.819,47	513.098.573,18	10,13%	99,70%
Ingressos Extraorçamentários	645.327,79	345.795,78	86,62%	0,11%
Transferências Financeiras Recebidas	563.330.606,82	512.408.953,10	9,94%	99,39%
Arrecadação de Outra Unidade	1.087.884,86	341.020,30	219,01%	0,19%
Demais Recebimentos	-	2.804,00	-	-
DESEMBOLSOS	-549.529.188,80	-497.718.558,77	10,41%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-433.619.984,52	-384.546.040,97	12,76%	78,91%
Administração	-5.946,48	-3.600,47	65,16%	0,00%
Previdência Social	-35.980.420,08	-31.129.282,60	15,58%	6,55%
Educação	-397.455.047,08	-353.393.041,87	12,47%	72,33%
Direitos da Cidadania	-179.496,63	-23.850,28	652,60%	0,03%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas- Cartão de Pagamento	925,75	3.734,25	-75,21%	0,00%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-58.452.462,19	-55.746.393,87	4,85%	10,64%
Intergovernamentais	-	-	-	-
Intragovernamentais	-58.356.136,19	-55.643.435,87	4,88%	10,62%
Outras Transferências Concedidas	-96.326,00	-102.958,00	-6,44%	0,02%
Outros Desembolsos Operacionais	-57.456.742,09	-57.426.123,93	0,05%	10,46%
Dispêndios Extraorçamentários	-410.263,77	-358.330,52	14,49%	0,07%
Transferências Financeiras Concedidas	-57.042.950,32	-57.067.793,41	-0,04%	10,38%
Demais Pagamentos	-3.528,00	-	-	0,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.717.032,16	-13.013.404,07	-2,28%	100,00%
INGRESSOS	-	196.350,00	-	-
Alienação de Bens	-	196.350,00	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-12.717.032,16	-13.209.754,07	-3,73%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.258.011,90	-12.647.147,40	-3,08%	96,39%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-459.020,26	-562.606,67	-18,41%	3,61%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.531.978,57	3.590.950,09	26,21%	100,00%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	32.613.182,79	29.022.232,70	12,37%	100,00%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%	100,00%



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos

SUBTÍTULO

26422- INST. FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. CATARINENSE- AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR

26000- MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO

2024

PERÍODO

DEZ(Encerrado)

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demis Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	21.525,30	-	9.554.497,54	551.591.322,78	-	-	561.167.345,62
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	2.218.616,39	440.990,12	-	-	2.659.606,51
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	137.992.631,21	-80.064.302,34	-	-	57.868.328,87
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-3.891.671,76	-	-	-3.891.671,76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Jurossobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS e Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	21.525,30	-	149.705.745,14	468.076.338,80	-	-	617.803.609,24

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demis Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	21.525,30	-	149.705.745,14	468.076.338,80	-	-	617.803.609,24
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	9.559.560,09	-8.689.565,43	-	-	869.994,66
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	134.689.446,64	2.043.586,68	-	-	136.733.033,32
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	12.574.998,42	-	-	12.574.998,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Jurossobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS e Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	21.525,30	-	299.954.751,87	474.005.358,47	-	-	767.981.635,64

Notas Explicativas

1. Estrutura organizacional do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense (IFC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. As demonstrações contábeis consolidadas do IFC são compostas por uma Reitoria, 13 (treze) unidades executoras vinculadas e 2 (dois) campus avançados, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Unidades do IFC.

Unidade Gestora		Unidade	CNPJ
1	158125	REITORIA	10.635.424/0001-86
2	152253	CAMPUS IBIRAMA	10.635.424/0009-33
3	152254	CAMPUS BLUMENAU	10.635.424/0010-77
4	152290	CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL	10.635.424/0012-39
5	152662	CAMPUS FRAIBURGO	10.635.424/0011-58
6	152663	CAMPUS LUZERNA	10.635.424/0008-52
7	154706	CAMPUS BRUSQUE	10.635.424/0013-10
8	158379	CAMPUS VIDEIRA	10.635.424/0007-71
9	158458	CAMPUS RIO DO SUL	10.635.424/0002-67
10	158459	CAMPUS ARAQUARI	10.635.424/0003-48
11	158460	CAMPUS CAMBORIÚ	10.635.424/0004-29
12	158461	CAMPUS CONCÓRDIA	10.635.424/0005-00
13	158462	CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	10.635.424/0006-90
14	158631	CAMPUS SÃO BENTO DO SUL	10.635.424/0014-09
15	-	CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ	-
16	-	CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	-

Fonte: SIAFI, 2024.

As unidades gestoras executoras são responsáveis por administrar dotações orçamentárias e recursos financeiros próprios ou descentralizados. As 14 unidades gestoras executoras do IFC possuem características multicampi, uma vez que o IFC foi concebido pela junção de autarquias já existentes, campus que eram vinculados a outros órgãos e de novos campi abertos após a criação do IFC. Além destas, existem dois campus avançados, o campus avançado de Abelardo Luz, atualmente vinculado ao campus Concórdia e o campus avançado de Sombrio, vinculado ao campus Santa Rosa do Sul.

Com atuação em todas as regiões do estado de Santa Catarina, os campi do IFC estão

distribuídos conforme figura 1 abaixo, considerando ainda que o campus Rio do Sul possui 3 unidades, constituindo-se da sede, a unidade urbana e a unidade tecnológica. A Reitoria, órgão executivo do IFC, incumbido da administração, da coordenação, do planejamento e da supervisão de todas as atividades da autarquia, observada as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico e está situada na cidade de Blumenau.

Demais dados sobre a infraestrutura do IFC, seus objetivos e missão, podem ser consultados no site oficial da instituição, através do endereço: www.ifc.edu.br.

Figura 1 – Mapa das unidades do IFC.



Fonte: Site IFC.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (*NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11*); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

(PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto. As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais. As demonstrações contábeis são consolidadas no órgão superior, o MEC, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação especial) quanto da indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas e avaliação e empresas públicas). As demonstrações contábeis consolidam todas as informações das unidades executoras vinculadas ao IFC e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, a qual sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFC;
3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFC;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – evidencia as variações registradas no patrimônio líquido do IFC.

3. Resumo das principais práticas e critérios contábeis

Ente público: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

Créditos orçamentários e recursos financeiros: Os créditos orçamentários advêm da aprovação legislativa que levam em consideração as receitas previstas e as despesas fixadas, já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos, dívida pública, entre outros) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está

atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária.

Caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro em caixa na conta única do Tesouro Nacional e demais depósitos bancários de garantias contratuais. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo. O IFC não possuiu aplicações que gerem rendimentos. A moeda funcional utilizada é o Real.

Créditos a curto prazo: Compreende os direitos a receber decorrentes de créditos não tributáveis, transferências concedidas, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. No âmbito do IFC, esse grupo compreende, entre outros, aos adiantamentos da folha de pagamento (13º, férias e terço constitucional de férias), de suprimento de fundos e adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada. Até o momento, o IFC inda não realiza os cálculos dos riscos para o lançamento dos ajustes para perdas.

Estoques: Compreende as mercadorias adquirido para consumo interno. Os valores de entrada são mensurados pelo custo de aquisição e o de saída pelo custo médio ponderado. Ainda não são realizados os cálculos dos riscos para o lançamento dos ajustes para perdas.

Pagamentos antecipados: Compreende o pagamento de despesas com incidência anual, mas que são pagas de forma unificada em determinado período do exercício, em que a apropriação da despesa ocorre mensalmente. No âmbito do IFC, esse grupo compreende, entre outros, aos seguros veiculares, assinatura e anuidades e tributos.

Imobilizado: Compreende os bens móveis e imóveis. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, produção ou construção e ficam sujeitos à depreciação, redução a valor recuperável e à reavaliação. No âmbito do IFC, a normatização dos processos relativos à depreciação, reavaliação e a redução ao valor recuperável está disposta na portaria normativa nº 06/2020.

Intangível: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os valores são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No âmbito do IFC, esse grupo compreende os softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma

Depreciação e amortização: A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet. O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI. O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes: Compreende as obrigações evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis. Os passivos são divididos em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais e demais obrigações.

Provisões: São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem à entidade saída de recursos, capazes de gerar benefícios econômicos ou potenciais serviços, que possuam prazo ou valor incerto. As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos

tributários, provisões matemáticas e outras. No momento o IFC não realiza os procedimentos para lançamento de provisões.

Ajustes de exercícios anteriores: São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto aumentativos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados.

Restos a pagar: Correspondem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, ou seja, são “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Apuração do resultado: No modelo PCASP, é possível gerar a apuração dos resultados patrimonial, orçamentário e financeiro conforme discriminado abaixo:

Resultado patrimonial: A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de superávit/déficit do exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na demonstração das variações patrimoniais - DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas sim, um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

Resultado orçamentário: O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou as decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA. Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

Resultado financeiro: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais da entidade.

4. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial (BP)

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o encerramento do exercício de 2023.

4.1. Caixa e equivalente de caixa

As contas de caixa e equivalente de caixa são valores que se encontram à disposição

do IFC para utilização, sendo divididas em três classificações: os recursos em conta própria, representando os valores disponíveis a que o IFC tem direito ao saque da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, a qual registrou um aumento 13,20% em relação ao saldo existente em 31/12/2023, os valores depositados em contas diversas, ligadas às garantias contratuais e que só podem ser utilizados com autorização dos gestores em decorrência de problemas na execução dos contratos, que apresentaram um aumento de 0,86% em comparação com o saldo final de 2023 e os saldos restituíveis, que são os valores depositados em contas vinculadas de contratos, necessários para suprir despesas com 13º salário, férias, multa do FGTS e os encargos incidentes sobre estas despesas, sendo que tais valores começaram a serem registrados nas contas de ativo somente a partir do terceiro trimestre de 2024 conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 – Caixa e equivalente de caixa – composição.

Caixa e equivalente de caixa	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Demais contas – Caixa Econômica Federal	62.754,33	62.216,62	0,86%
Caixa e equivalente	36.847.880,72	32.550.966,17	13,20%
Valores restituíveis (depósitos em garantia)	234.526,31	0,00	-
TOTAL	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Os limites de saque com vinculação de pagamento representam os valores disponíveis para uso ou que se encontram pendente da autorização do ordenador de despesa e gestor financeiro para serem executados (geração da Ordem Bancária – OB). Esses recursos são divididos por fontes e destinação de uso, sendo as principais os recursos para execução da folha de pagamento, as de arrecadação própria, as de recursos extraordinários (TED e emendas parlamentares) e os de fonte própria.

Devido ao mecanismo de liberação de valores, os recursos destinados ao pagamento da folha sempre são recebidos no último dia útil do mês e suas ordens bancárias são geradas apenas no dia seguinte, por este motivo sempre haverá saldo financeiro nas contas de limite de saque para pagamento da folha no fechamento do mês, sendo que nos meses de junho e dezembro esses saldos são mais elevados pois são nesses períodos que ocorrem os pagamentos mais vultuosos de férias e 13º salário dos servidores e empregados do IFC, o que justifica o aumento de 13,20% dos saldos registrados nos dois períodos analisados acima.

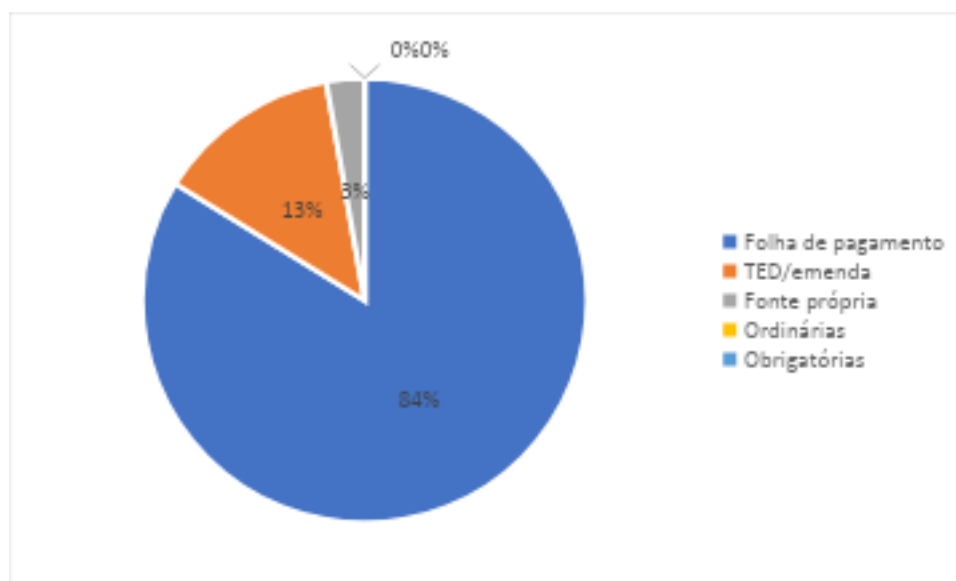
Os valores de TED e emendas são relativos a créditos extraorçamentários recebidos ao longo do exercício sendo liberados conforme efetiva liquidação das respectivas despesas, sendo considerados recursos “carimbados” ou seja, eles só podem ser usados para o empenho autorizado para pagamento, não sendo possível usar seus saldos para pagamento se outros empenhos, mesmo sendo da mesma fonte de recurso.

Já as fontes próprias englobam arrecadações ocorridas no exercício e em exercícios anteriores, sendo estes últimos considerados excessos de arrecadação, pois estes não possuem suporte orçamentário para serem executados, necessitando de recebimento de orçamento específico para poder ser utilizado. Englobam-se ainda as receitas provenientes de venda de imobilizado e

receitas de convênios.

No gráfico 1 são demonstrados apenas os saldos de caixa e equivalente, sem considerar os valores dos depósitos em garantia e os depósitos de conta vinculada destacando as proporções por destinação destes recursos, onde se observa que o financeiro destinado ao pagamento da folha possui a maior representatividade, com 83,80% do total, seguido pelos recursos de TED/emendas, com 13,43% e os de fonte própria, com 2,77%.

Gráfico 1 – Conta limite de saque.



Fonte: SIAFI, 2024.

4.2. Créditos a curto prazo

Os principais saldos de créditos a curto prazo correspondem aos valores a título de adiantamentos de termos de execução descentralizadas concedidos pelo IFC pendentes de prestação de contas, com 59,27% do total, a qual corresponde ao TED 1AAGQM, celebrado em 12/2021, referente ao termo de cooperação técnica para implantação do sistema SIG da UFRN com vigência de 2021 a 2024, seguido pelos adiantamentos concedidos a pessoal, originários da folha de pagamento, como 13º, férias e terço constitucional de férias, a qual são provisionados mensalmente até a sua efetiva execução no mês de dezembro e correspondem a 39,99% do total dos demais créditos a curto prazo. Já os valores de adiantamentos de suprimentos de fundos correspondem a 0,60% do total. Embora que pelas regras do encerramento do exercício os saldos de adiantamentos de suprimento de fundos devessem zerar, a permanência destes demonstram que não houve o registro da prestação de contas dentro do exercício de execução das despesas. Além destes créditos, os adiantamentos com 13º salário e terço constitucional de férias também são zerados no encerramento do exercício, permanecendo apenas os saldos de adiantamento das férias, sendo que entre o encerramento do exercício de 2023 para o de 2024, houve uma redução de 7,55% dos créditos a curto prazo conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Créditos a curto prazo – composição.

Créditos a curto prazo	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Adiantamentos concedidos a pessoal	599.857,18	732.668,22	-18,13%
Adiantamentos de suprimento de fundos	8.960,00	0,00	-
Valores em trânsito realizáveis	2.162,08	750,00	188,28%
Adiantamentos TED	889.138,86	889.138,86	0,00%
TOTAL	1.500.118,12	1.622.557,08	-7,55%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

4.3. Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades gerais das unidades, bem como das atividades administrativas. A redução de 4,90% registrada de 2023 para 2024 retrata a tendência do registro patrimonial dos itens em almoxarifado, que vem reduzindo gradativamente desde 2021, ano de implantação do contrato de outsourcing de almoxarifado virtual no IFC, sendo que de 2021 para 2022 a redução foi de 30,81% e de 2022 para 2023 de 1,36%. Com esse novo contrato, as requisições de materiais consumíveis podem ser realizadas conforme demanda, não necessitando realizar a guarda destes materiais, sendo colocados em uso assim que recebidos pela unidade.

Na segregação dos materiais por grupos de contas, os materiais para manutenção de bens imóveis e instalações representam a maior parcela, com 20,99% do total, seguido dos materiais elétricos e eletrônicos, com 18,59% e os materiais de expediente, com 11,64% do total conforme tabela 4.

Tabela 4 – Estoques – Por Conta-Corrente.

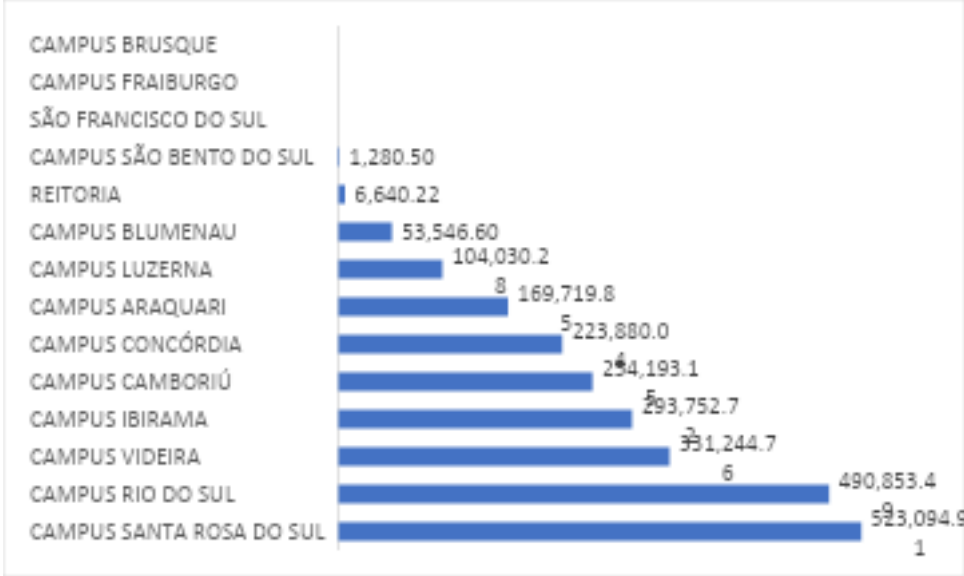
Conta-Corrente	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
24 Material para manutenção de bens imóveis/instalações	514.803,83	454.473,60	20,99%
26 Material elétrico e eletrônico	455.950,03	436.831,85	18,59%
16 Material de expediente	285.396,32	337.467,83	11,64%
07 Gêneros de alimentação	250.373,78	298.009,10	10,21%
22 Material de limpeza e produtos de higienização	179.923,71	205.018,99	7,34%
Demais contas de estoque	765.788,85	846.837,30	31,23%
TOTAL	2.452.236,52	2.578.638,67	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Em relação aos valores estocados por campus, a unidade que mais possuiu saldo é o campus Santa Rosa do Sul, com 21,33% do total, haja vista que o mesmo engloba também os estoques do campus avançado de Sombrio. Já o segundo campus de maior destaque é o campus Rio do Sul, com 20,02% a qual possui três unidades na cidade, seguido ainda pelo campus Videira, com 13,51%. Os campi São Francisco do Sul, Fraiburgo e Brusque não possuem saldos de estoque, uma vez que os mesmos utilizam, entre outros, o mecanismo do contrato de outsourcing de almoxarifado

virtual para atender às suas demandas com estes materiais conforme observa-se no gráfico 2.

Gráfico 2 – Estoque por Unidade Gestora.



Fonte: SIAFI, 2024.

4.4. Pagamentos antecipados

Os saldos de pagamentos antecipados representam valores que são liquidados e pagos em determinado momento, mas que se referem à despesas de uma ou mais competências futuras a qual devem ser apropriadas em seus respectivos meses. Tais valores permanecem no ativo enquanto não geram a variação patrimonial diminutiva, quando assumem efetivamente o seu papel como despesa. De 2023 para 2024, houve um aumento de 45,34% nesses adiantamentos, sendo que na tabela 5 são discriminados os valores registrados por tipo de adiantamento, a qual destaca-se os prêmios de seguros, com 58,91% do total, as assinaturas e anuidades, com 33,96% e os serviços, com 6,49% do total.

Tabela 5 – Pagamentos antecipados – Por Conta contábil.

Conta corrente	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Prêmios de seguros a apropriar	54.736,30	52.531,88	58,91%
Serviços a apropriar	6.025,93	0,00	6,49%
Assinaturas e anuidade a apropriar	31.558,36	8.698,48	33,96%
Alugueis a apropriar	0,00	2.133,69	0,00%
Tributos estaduais a apropriar	124,40	321,05	0,13%
Tributos municipais a apropriar	476,00	247,46	0,51%
TOTAL	92.920,99	63.932,56	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

A unidade que possui maior representatividade nessas contas é a reitoria, com

77,89%, uma vez que o contrato de seguro de frota e o de serviço de acervo bibliográfico digital é registrado e executado de forma centralizada na reitoria. Em seguida, tem vem o campus Ibirama, com 11,50% que possui entre outros, um registro do seguro predial a apropriar pelo período de 12 meses e o campus Rio do Sul, com 5,70%, que possui um registro de uma licença de software de 12 meses.

4.5. Imobilizado

O imobilizado do IFC é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2024, o IFC apresentou um saldo de R\$ 822.982.101,44 relacionados ao imobilizado (descontada a depreciação e a redução ao valor recuperável), o que representa 95,14% de todo o ativo do ente, sendo que destes, 6,73%, se referem a bens móveis e 88,41% a bens imóveis, tendo sido registrado uma variação total positiva de 24,48% em relação à 31/12/2023, sendo que a variação mais significativa se refere a lançamentos de reavaliação de bens imóveis que agregaram valores patrimoniais na conta de bens imóveis bem como eliminaram saldo de depreciação acumulada desses bens durante esse período.

4.5.1 Bens Móveis

Em 31/12/2024, os bens móveis do IFC totalizavam R\$ 58.223.305,77 (descontada a depreciação acumulada e a redução ao valor recuperável), sendo que a variação negativa registrada no período se deve principalmente pelo aumento gradual da depreciação acumulada que registrou 30,41% de variação no período analisado, ou seja, um aumento de R\$ 11.490.847,17 de depreciação acumulada de bens móveis. Excluindo-se a depreciação e a redução ao valor recuperável, os bens móveis registraram um aumento de 5,41%, o que representa um ganho patrimonial de R\$ 5.940.560,78, desta forma, mesmo com esse incremento, a depreciação acumulada foi superior em R\$ 5.550.286,39, reduzindo o saldo patrimonial dos bens móveis em 8,70%. As variações discriminadas por grupo de contas pode ser verificada na tabela 6.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

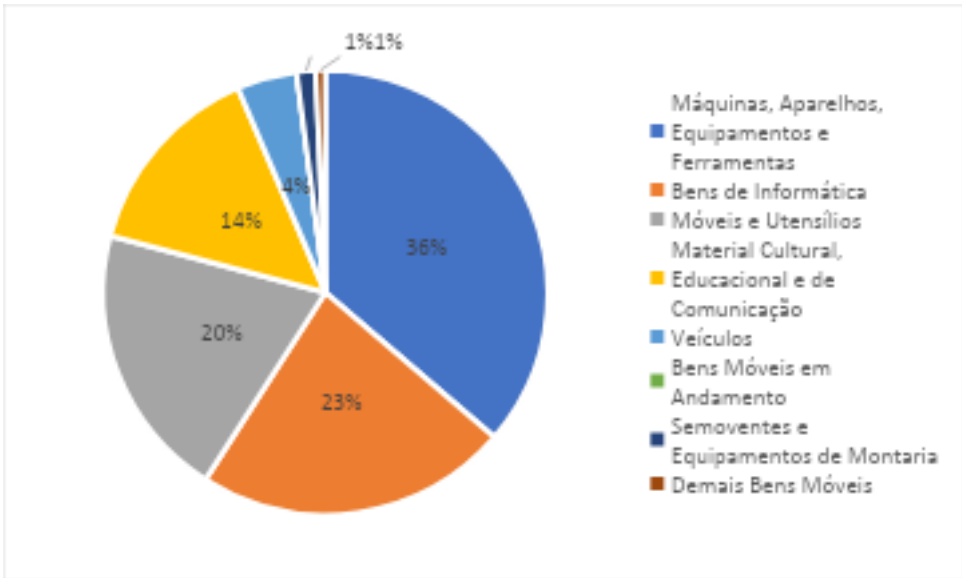
Bens móveis	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	42.020.675,82	39.781.848,67	5,63%
Bens de Informática	26.405.760,38	23.560.531,97	12,08%
Móveis e Utensílios	23.229.990,53	22.044.011,59	5,38%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	16.737.324,67	16.471.224,94	1,62%

Veículos	5.048.977,79	4.996.525,00	1,05%
Demais contas de bens móveis	2.404.637,67	3.052.663,45	-21,23%
Depreciação / Amortização Acumulada	(49.274.703,24)	(37.783.856,07)	30,41%
Redução ao Valor Recuperável	(8.349.357,85)	(8.349.357,85)	0,00%
Total	58.223.305,77	63.773.592,16	-8,70%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Sem considerar a depreciação acumulada ou a redução ao valor recuperável, o grupo de máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas possuem a maior representatividade dos bens móveis, com 36,27%, seguido pelos bens de informática, com 22,79% e móveis e utensílios, com 20,05% conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Bens móveis por tipo de bem.



Fonte: SIAFI, 2024.

Já considerando todas as contas contábeis dos bens móveis, a conta que mais se destaca é a de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, representando 22,79% do total, seguido da conta de mobiliário em geral, com 14,92% e a de coleção e materiais bibliográficos com 11,45%. Como as duas primeiras contas de bens compõem o imobilizado tanto das áreas administrativas, como das áreas do ensino, tais bens possuem um peso maior na totalidade da carga patrimonial da instituição. Já a conta de coleções e materiais bibliográficos possuiu uma grande representatividade pelo fato de o IFC ser uma instituição de ensino, possuindo bibliotecas em todas as suas unidades, conforme pode ser verificado na tabela 7.

Tabela 7 – Bens móveis por conta contábil.

Conta Contábil	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Equipamentos de tec. da informação e comunicação/TIC	26.405.760,38	23.560.531,97	22,79%
Mobiliário em geral	17.289.843,25	16.706.793,00	14,92%

Coleção e materiais bibliográficos	13.260.054,70	13.107.929,24	11,45%
Equip. e uten. médicos, odont., lab. e hospitalares	9.969.794,49	8.938.649,09	8,61%
Aparelhos de medição e orientação	6.143.060,42	6.134.281,60	5,30%
Demais contas de bens móveis	42.778.853,62	41.458.621,18	36,93%
TOTAL	115.847.366,86	109.906.806,08	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

4.5.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFC somavam um montante líquido total em 31/12/2024, de R\$ 764.758.795,67 (descontada a depreciação acumulada e a redução ao valor recuperável), o que representa um aumento de 28,03% em comparação com o encerramento de 2023. O acréscimo registrada no período se deve principalmente a registros de reavaliação promovidas na conta de bens de uso especial pelo campus Camboriú, que resultou em um aumento de 27,89%, o que também ajudou a reduzir em 58,14% o saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis. Os bens de uso especial, ou seja, aqueles registrados no sistema gerencial de controle dos bens imóveis – SPIUnet, correspondem a 97,78% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período. Já os demais bens imóveis se referem as obras em andamento, que tiveram uma variação de 6,54% e as instalações, que foram totalmente zerados em 31/12/2024 conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Bens Imóveis – Composição

Bens imóveis	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Bens de Uso Especial	748.156.221,03	581.277.097,59	28,71%
Bens Imóveis em Andamento	17.011.731,67	15.967.300,94	6,54%
Instalações	0,00	1.076.223,08	-100,00%
Depreciação e/ou amortização acumulada	(409.157,03)	(977.496,84)	-58,14%
Total	764.758.795,67	597.343.124,77	28,03%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Dentre os bens de uso especial, os imóveis de uso educacional possuem a maior representatividade, com 41,58% a qual registraram um ganho de 1,90%, seguido pelos terrenos, com 31,84%, que aumentaram 116,56% e os outros imóveis de uso especial, com 19,13%, que aumentaram 33,13% conforme demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens imóveis	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Imóveis de Uso Educacional	311.089.423,89	305.280.490,84	1,90%
Terrenos, Glebas	238.192.437,80	109.987.481,00	116,56%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	143.152.557,89	107.526.257,46	33,13%
Complexos, Fábricas e Usinas	17.565.967,98	17.303.254,51	1,52%

Edifícios	13.947.546,96	12.530.578,83	11,31%
Demais contas de bens imóveis	24.208.286,51	28.649.034,95	-15,50%
Total	748.156.221,03	581.277.097,59	28,71%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Os bens imóveis em andamento e instalações são valores reconhecidos contabilmente a título de obras não concluídas, de projetos de engenharia e das instalações em imóveis que deverão ser incorporados à conta de imóveis do órgão de acordo com sua classificação contábil. A variação positiva das obras em andamento sugere que mais obras estão sendo realizadas nas unidades. O detalhamento destes imóveis em andamento e instalações por unidade está listado na tabela 10.

Tabela 10 – Bens imóveis em andamento e instalações – Por obras.

Campus	Obra	Executado	Finalizada
Blumenau	Construção banheiro e lixeira	108.172,98	Não
TOTAL		108.172,98	
Luzerna	Cercamento	119.687,75	Não
TOTAL		119.687,75	
Reitoria	Construção blocos de salas de aula (Abelardo Luz)	522.356,06	Sim
	Construção poço artesiano (Abelardo Luz)	269.616,85	Sim
	Construção entrada de energia (Abelardo Luz)	282.024,44	Sim
	Construção alojamento, residência funcional, sala professores e etapa de urbanização (Abelardo Luz)	5.937.637,45	Sim
	Reforma com acréscimo de área (Abelardo Luz)	791.221,18	Sim
	Projetos para os campi Araquari, São Francisco do Sul e São Bento do Sul	56.919,04	Não
	Projeto campus Mafra	15.028,13	Não
TOTAL		7.563.814,62	
Videira	Construção de guarita	499.003,09	Não
TOTAL		499.003,09	
Rio do Sul	Fechamento do pavimento térreo	148.749,60	Sim
TOTAL		148.749,60	
Camboriú	Reforma de bloco	543.343,90	Sim
	Reforma de bloco	749.520,47	Sim
	Reforma de bloco	318.333,45	Sim
	Reforma de bloco	237.393,68	Sim
	Reforma de bloco	397.651,44	Sim
	Reforma de aviário	86.331,27	Sim
	Quadra poliesportiva	1.114.734,43	Não

	Centro de iniciação ao esporte	556.682,69	Não
	Reforma e ampliação laboratórios agronomia	727.886,48	Não
	A identificar	1.046.917,88	Sim
TOTAL		5.778.795,69	
Santa Rosa do Sul	A identificar	1.465.129,98	Sim
	Acessibilidade	1.017.389,43	Sim
TOTAL		2.482.519,41	
TOTAL		17.011.731,67	

Fonte: SIAFI, 2024.

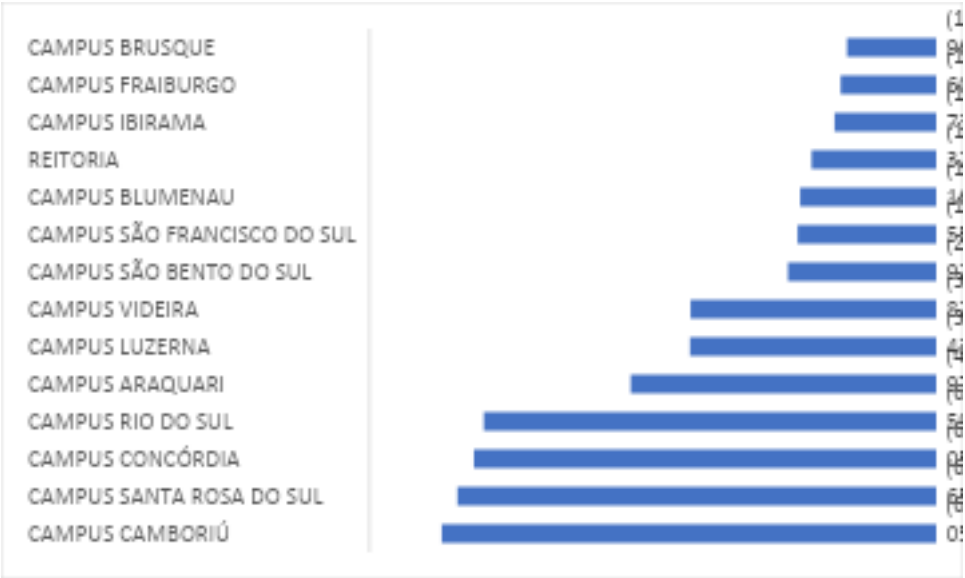
Embora haja um movimento constate de registro de novas obras, bem como da permanente execução de tais empreendimentos, muitos dos saldos acima, encontram-se registrados de forma alongado no sistema em decorrência de algum empecilho que impedem a realocação dos valores para as respectivas contas de imóveis, bem como do registro no SPIUnet.

4.5.3 Depreciação acumulada

A depreciação dos bens móveis e imóveis é a redução do valor do bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil, sendo o saldo registrado em uma conta redutora do ativo imobilizado. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema gerencial do IFC – SIPAC e é feito pelo método de depreciação linear. Já a depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet e é registrada diretamente pela STN. Apesar dos bens imóveis representaram a maior parcela do ativo (88,41%), do total da depreciação acumulada registrada no período, 99,18% é relativo à depreciação dos bens móveis, sendo que apenas 0,82% se referem aos bens imóveis. Tal fator ocorre pois os bens imóveis possuem uma vida útil maior e o cálculo de uso ou desgaste destes gera um resultado menor que os dos bens móveis, assim, a perda de utilidade entre os dois grupos de bens diverge, gerando um resultado patrimonial diminutivo maior para os bens móveis.

No gráfico 4 são identificados os registros das depreciações acumuladas por unidades gestoras do IFC, sendo que o campus Camboriú possuiu o maior volume de depreciação registrada no período, correspondendo a 14,05%, seguido do campus Santa Rosa do Sul, com 13,60% e o campus Concórdia com 13,14%. Por se tratarem de unidades mais antigas, que possuem uma quantidade expressiva de bens móveis, uma grande extensão territorial e diversas benfeitorias construídas a um longo tempo, a geração de depreciação dessas unidades é maior considerando sua carga patrimonial elevada.

Gráfico 4 – Depreciação por unidade gestora.

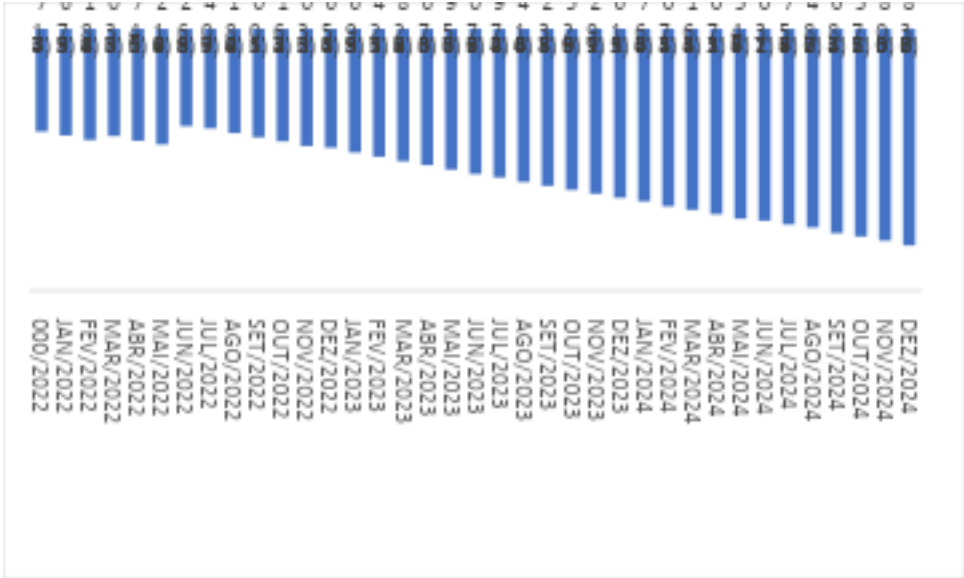


Fonte: SIAFI, 2024.

Com o registro da reavaliação, em que o saldo da depreciação acumulada é eliminado para dar lugar ao novo valor patrimonial, sendo iniciada uma nova contagem da depreciação, observamos no gráfico 5 uma evolução linear da depreciação a partir do segundo semestre de 2022 sendo que nos meses anteriores, foram registrados picos do saldo da depreciação acumulada nos meses de fevereiro e maio de 2022, seguidas de reduções do saldo até a última queda, registrada em junho de 2022, sendo que após essa competência, foi mantida o crescimento linear da depreciação até o corrente mês. Tal situação foi registrada pois os lançamentos da reavaliação não ocorreram na mesma competência em todas as unidades do IFC ao longo de 2022, sendo estabilizada apenas em junho de 2022, o que justifica o movimento observado no saldo da depreciação acumulada.

No período em análise, a depreciação total teve um aumento de 28,18%, sendo que os bens móveis contribuíram com uma alta de 30,41%, enquanto que os bens imóveis geraram uma redução de 58,14% em decorrência de lançamentos de reavaliações patrimoniais. Embora tenha havido essa redução da depreciação dos bens imóveis, a depreciação total manteve um crescimento gradual esperado para o período. A evolução mensal do registro da depreciação ocorrida de 2022 até agora pode ser verificada no gráfico 5.

Gráfico 5 – Evolução da depreciação.



Fonte: SIAFI, 2022, 2023 e 2024.

4.6 Intangível

No fechamento do quarto trimestre de 2024, todos os bens intangíveis registrados no IFC se referiam a licenças de softwares com vida útil definida ou indefinida conforme composição apresentada na tabela 11.

Tabela 11 – Intangível – Composição.

Bens intangíveis	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Software com Vida Útil Definida	287.750,47	205.312,55	40,15%
Software com Vida Útil Indefinida	614.134,10	580.505,10	5,79%
Amortização Acumulada	(124.808,88)	(69.108,64)	80,60%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00%
Total	777.075,69	716.709,01	8,42%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Em 31/12/2024, o IFC apresentou um saldo de R\$ 777.075,69 (descontada a amortização acumulada) relacionados aos bens intangíveis, sendo R\$ 901.884,57 de valor bruto original e R\$ 124.808,88 de amortização. Considerando o valor bruto, 68,09% eram softwares com vida útil indefinida, que registrou um incremento de 5,79% e 31,91% softwares com vida útil definida, a qual registrou uma variação positiva de 40,15%. As principais origens das variações registradas, foram as aquisições de um software para operar um drone no campus Araquari, além de licenças Adobe de 3 anos para o campus Videira e Reitoria. A Reitoria é a unidade com o maior volume de intangíveis registrados, correspondendo à 69,26% do intangível total do ente, seguido pelo campus Rio do Sul com 6,35% e o campus Concórdia com 6,16% conforme demonstrado na tabela 12.

Tabela 12 – Intangível – Por Unidade Gestora Contratante.

Unidade Gestora	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Reitoria	624.601,69	554.248,25	69,26%
Campus Rio do Sul	57.277,01	57.277,01	6,35%
Campus Concórdia	55.545,54	55.545,54	6,16%
Campus Ibirama	46.372,00	46.372,00	5,14%
Campus Araquari	43.019,00	13.589,00	4,77%
Demais unidades	75.069,33	58.785,85	8,32%
Total	901.884,57	785.817,65	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

A amortização dos intangíveis é calculada considerando a vida útil do bem ou da licença, dividindo-se o valor de aquisição pelo período de uso dele, sendo que não incide o cálculo da amortização sobre os intangíveis vitalícios, ou seja, aqueles que não possuem vida útil definida. No período analisado registrou-se uma variação total de 80,60% na amortização acumulada.

4.7 Obrigações

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento, fornecedores e credores e demais obrigações. As demais obrigações representam a maior fatia do passivo circulante, com 65,59% do total, seguido pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, com 29,43% e os fornecedores e contas a pagar com 4,98%. Em comparação com o encerramento do exercício de 2023, o IFC registrou um aumento de 11,21% nos saldos dos passivos circulantes, resultante principalmente pelo aumento dos saldos das demais obrigações e dos valores a pagar a fornecedores e credores.

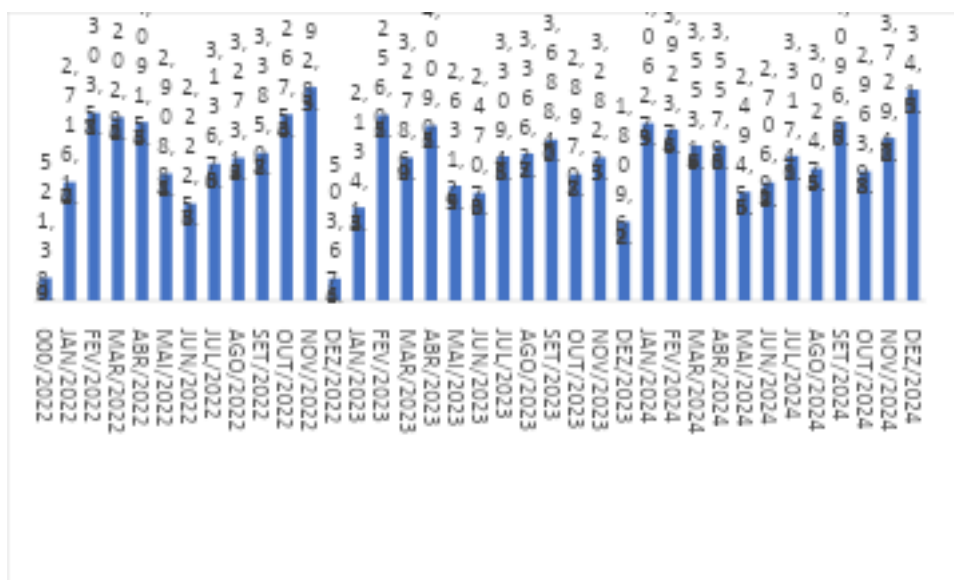
4.7.1 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais

A execução dos passivos trabalhistas, previdenciárias e de assistência ocorre sempre no início de cada mês, mas são lançadas no final do mês anterior, permanecendo assim, saldos a pagar ao final de cada competência, sendo que nos meses de junho e dezembro esses valores são mais elevados devido os lançamentos do 13º e férias nesses períodos. Soma-se ao fato que ao longo do primeiro semestre desse ano, houve aumento nos valores dos benefícios pagos, como o auxílio-alimentação e o ressarcimento à saúde, além da manutenção dos saldos acumulados de provisões de férias e 13º salário a pagar do exercício.

4.7.2 Fornecedores e credores

Os fornecedores e contas pagar no IFC apresentaram um aumento de 167,13% no período comparado, sendo que 100% deste saldo se refere a obrigações a curto prazo e de fornecedores nacionais. No encerramento do ano ocorre um aumento de recebimento de limite de saque para pagamento das despesas, que tem por finalidade, entre outros, reduzir o volume de inscrição de restos a pagar e evitar o uso de recursos financeiros arrecadados em determinado exercício para pagar despesas liquidadas em exercícios anteriores. Assim, excetuado o último mês do exercício, os demais meses mantêm o mesmo padrão de recebimento de recursos financeiros, desta forma, os períodos finais dos trimestres apresentarão volumes de fornecedores e credores a pagar mais elevados em comparação com a competência de dezembro de cada exercício conforme evidenciado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Evolução das despesas a pagar.



Fonte: SIAFI, 2022, 2023 e 2024.

Na comparação acima, o pico de saldos de passivos de credores e fornecedores registrado ocorreu em novembro de 2022, em decorrência da escassez de financeiro no período. Em relação aos meses finais de cada exercício, o encerramento do ano de 2024 foi o que apresentou o maior saldo da série histórica, tendo em vista a liquidação do TED 14879 no valor de R\$ 4.374.000,00 pago apenas em 2025. Ao considerar a média dos saldos mensais, o ano de 2024 permaneceu com os maiores valores à pagar, com R\$ 3.522.134,67/mês, seguido pelo ano de 2022, com R\$ 3.325.391,58/mês e por último o exercício de 2023, com R\$ 3.094.406,24/mês. Enquanto a LOA do exercício não é publicada, o governo federal adota a regra de liberação de recursos financeiros na proporção de apenas 1/18 avos dos valores previstos na PLOA, o que representa em muitos casos, valores bem abaixo dos montantes totais liquidados mensalmente, gerando uma “estocagem” de passivos nos primeiros meses do ano. Na tabela 13 são apresentadas as unidades gestoras do IFC com os maiores valores de fornecedores e contas a pagar até ao final do quarto

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

Unidade Gestora	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Campus Camboriú	4.458.380,22	31.978,32	92,23%
Reitoria	231.960,75	781.961,70	4,80%
Campus Santa Rosa do Sul	42.110,90	41.122,34	0,87%
Campus Brusque	34.134,40	236.601,25	0,71%
Campus Ibirama	32.538,22	43.261,90	0,67%
Demais unidades	35.028,52	674.766,71	0,72%
Total	4.834.153,01	1.809.692,22	100,00 %

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

A unidade de maior destaque é o campus Camboriú, com 92,23% do total de fornecedores e contas a pagar, sendo que o principal credor desta unidade é a Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, responsável pelo contrato de execução do TED 14879 de oferta de curso técnico em defesa civil, com um saldo de R\$ 4.374.000,00. Em seguida vem a Reitoria, com 4,80% do total, tendo como principal credor, com um valor a receber de R\$ 221.047,85, a empresa Cândido Incorporadora, responsável pelo contrato de construção do campus avançado Abelardo Luz que não foi concluída e encontra-se atualmente em processo administrativo e em seguida, o campus Santa Rosa do Sul, com 0,87% do total, tendo como maior credor a empresa Adservi – Administradora de Serviços, com um valor de R\$ 36.614,94 a receber, responsável pela execução de contratos de serviços terceirizados diversos no campus.

De modo geral, os fornecedores e credores do IFC de maior vulto são empresas que possuem contratos de prestação de serviços continuados e que, por sua natureza jurídica e atividades de cessão de mão de obra, oferecem vários tipos de serviços, englobando inúmeros contratos com várias unidades gestoras, assim como empresas responsáveis pela execução de obras de construção civil nas unidades, fator que se confirmou em 31/12/2024 conforme demonstrado na tabela 14.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

Fornecedor	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	4.374.000,00	0,00	90,48%
Cândido Incorporadora Ltda	221.047,85	221.047,85	4,57%
Adservi – Administradora de Serviços Ltda	58.017,70	66.865,77	1,20%
Mãos Peruanas Restaurante, Lanchonete e Eventos Ltda	40.635,52	2.937,86	0,84%
Celesc Distribuição S.A.	40.231,52	65.984,69	0,83%
Demais fornecedores	100.220,42	1.452.856,05	2,07%
TOTAL	4.834.153,01	1.809.692,22	100,00 %

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

O fornecedor que representa o maior volume de contas a pagar é a Fundação de

Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, com 90,48% do total, responsável pelo contrato de execução do TED 14879 de oferta de curso técnico em defesa civil, seguida pela empresa Cândido Incorporadora, com 4,57% do total, responsável pelo contrato de construção do campus avançado Abelardo Luz e em seguida a empresa Adservi – Administradora de Serviços, responsável pela execução de contratos de serviços terceirizados diversos nos campi do IFC.

4.7.3 Demais obrigações

Com um incremento de 26,36%, as demais obrigações a pagar são compostas pelos valores restituíveis, que compreendem as retenções da folha de pagamento, como os consignados bancários e pensões alimentícias e as retenções de tributos decorrente de pagamentos a fornecedores e da folha de pagamento, bem como de outras obrigações como pagamentos pendentes a pessoas físicas, como bolsas de estudo, diárias, compras com cartão do governo federal e ainda os termos de execução descentralizada – TED a comprovar. Com a mudança do registro e pagamento do imposto de renda retido na fonte dos servidores e fornecedores, que passou a ser informado e recolhido pela DCTFweb, o pagamento de tais obrigações ocorre apenas no mês subsequente à geração do pagamento nas contas dos servidores e credores, desta forma, o valor à pagar vem permanecendo no passivo por mais tempo, obedecendo o vencimento do tributo. Já os valores pendentes de recebimento dos termos de execução descentralizadas, que são os valores de maior representatividade dentro das demais obrigações (73,42%), vem permanecendo no passivo até que a prestação de contas do objeto seja realizada pelo órgão concedente do recurso. Essas transferências financeiras a comprovar, se referem a 64 TED's formalizados com a Reitoria, sendo que muitos destes TED's já foram encerrados e carecem apenas dos lançamentos de prestação de contas. Tais lançamentos são feitos no ente que descentralizou os recursos, que em sua maioria foi a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Na tabela 15 são discriminados os termos que ainda se encontram em aberto e seus respectivos valores.

Tabela 15 – Termos de Execução Descentralizados.

Inscrição	Objeto	Valor	Finalizado
674358	Bolsas PRONATEC	4.741.631,07	Sim
678343	Bolsas PRONATEC	4.336.108,47	Sim
683119	Bolsas PRONATEC	355.837,43	Sim
684621	Bolsas PRONATEC	1.311.342,79	Sim
686288	Programa de extensão	178.572,50	Sim
698474	Usinas fotovoltaicas	1.919.479,29	Sim
1AADAL	Laboratórios IFmaker	378.563,94	Sim
1AADEK	FAPEU – EJA Reitoria	1.188.482,13	Não
1AADIL	Reforma bloco de produção vegetal Campus Araquari	438.999,00	Sim
1AADJV	Pintura e recuperação Campus Rio do Sul	279.784,02	Sim
1AADNX	Reforma bloco pet Campus Camboriú	749.520,47	Sim

1AADUM	Readequação rede elétrica Campus Camboriú	333.925,20	Sim
1AAFCF	Ted 15/2021 SAFC	359.880,04	Sim
1AAFDN	Acessibilidade Campus Santa Rosa do Sul	983.170,88	Sim
1AAGBC	Equipamentos Campus Araquari	771.889,91	Sim
1AAGBD	Centro de iniciação ao esporte Campus Camboriú	319.346,24	Não
1AAGBE	Equipamentos Campus Blumenau	271.999,80	Sim
1AAGBF	Estruturação do Campus avançado Abelardo Luz	4.322.247,64	Sim
1AAGBG	Equipamentos laboratório Campus Luzerna	965.870,00	Sim
1AAGBK	Equipamentos de TI Campus Ibirama	196.910,40	Sim
1AAGDM	Reforma telhado Campus Rio do Sul	843.801,00	Sim
1AAJAP	Lagoas de dejetos humanos Campus Concórdia	300.000,00	Sim
1AAJBE	Controle e sistemas preventivos Campus Rio do Sul	1.097.095,95	Sim
1AAJCS	Reparos incidente climático Campus Araquari	378.000,00	Sim
1AAJDE	Acessibilidade Campus Rio do Sul	461.119,15	Sim
1AAJDF	Quadra poliesportiva Campus Camboriú	537.140,09	Sim
1AAJWO	Equipamentos de Ti e agrícola	796.260,00	Sim
1AAKIM	Substituição de cobertura Campus Blumenau	29.419,09	Sim
1AAKJF	Reparos dos telhados e coberturas Campus Camboriú	87.000,00	Sim
1AAKKZ	Recuperação telhado Campus Araquari	505.511,91	Sim
1AAKML	Fechamento e estruturação laboratórios Campus Rio do Sul	196.783,07	Sim
1AAKMY	Estação de tratamento de água Campus Rio do Sul	400.000,00	Sim
1AALAX	Equipamentos maker fase II Campus Luzerna e Camboriú	314.010,45	Sim
1AALFX	Reforma/ampliação bloco Campus avançado Abelardo Luz	334.186,93	Sim
1AALHL	Reconstrução do muro de contenção Campus Fraiburgo	405.000,25	Sim
1AALHU	Aquisição usinas fotovoltaicas Campus Luzerna	264.698,40	Sim
1AALHV	Ampliação salas bloco pedagógico Campus Concórdia	700.000,00	Sim
1AAMRF	Construção do ginásio de esportes Campus Luzerna	1.806.479,46	Sim
1AANKC	Coberturas metálicas Campus Fraiburgo	322.600,00	Sim
1AANPA	Diárias PROAP Reitoria	39.803,88	Sim
1AANSB	Projeto Escola da Terra do Campus Avançado Abelardo Luz	98.880,00	Não
1AANUY	Bloco salas de aula Campus Concórdia	248.000,00	Sim
1AAOBL	Equipamentos e acervo bibliográfico Campus Concórdia	260.941,08	Sim
1AAOCI	Ampliação bloco laboratório Campus Camboriú	623.000,00	Sim
1AAOCZ	Aquisição container campus Concórdia	240.000,00	Sim
1AAODA	Equipamentos Campus Blumenau	349.912,00	Sim
1AAOML	Sala modular Campus São Francisco do Sul	287.000,00	Sim
1AAOON	Equipamentos e mobiliários Campus Camboriú	874.390,08	Não
1AAOPD	3ª semana nacional EPT Reitoria	32.373,68	Sim
1AAOUP	Equipamentos e acervo bibliográfico Campus Araquari	1.065.856,46	Não
1AAOUQ	Equipamentos Campus Santa Rosa do Sul	249.797,82	Sim

1AAOXK	Equipamentos, mobiliários e acervo Campus Brusque	248.318,45	Não
1AAOXS	Fechamento andar térreo Campus Rio do Sul	284.431,47	Sim
1AAPAP	Projeto Programa Mulheres Mil	544.000,00	Não
1AAPEJ	Equipamentos e mobiliários Campus Blumenau	799.687,39	Sim
1AAPGG	Reparos incidentes climáticos Campus Fraiburgo	309.510,11	Sim
1AAPYN	Reparos emergenciais Campus Rio do Sul	193.679,02	Sim
1AAPYT	Equipamentos de TI para diversos campi	760.895,62	Sim
1AAQCG	Aquisição equipamentos Campus avançado Abelardo Luz	238.199,27	Sim
1AAQGM	Construção guarita Campus Videira	324.618,08	Não
1AASWO	Aperfeiçoamento escolas públicas Campus Camboriú	1.874,00	Sim
1AAUNG	4ª Semana EPT Reitoria	31.025,00	Sim
1AAUXE	Implantação cursos sistema Proap Campus Camboriú e AL	46.273,52	Não
1AAUYI	Oferta curso técnico em defesa civil Campus Camboriú	4.374.000,00	Não
TOTAL		46.709.133,90	

Fonte: SIAFI, 2024.

4.8 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2024, o IFC possuía um saldo de R\$ 82.986.281,81 relacionados a obrigações contratuais, que serão executados até o(s) próximo(s) exercício(s), o que representa um aumento de 5,72%, sendo que as obrigações contratuais representam 99,49% do total do saldo dos atos potenciais passivos registrados no grupo de contas 8. Na tabela 16, são apresentados os valores registrados, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos contratos, sendo os principais os contratos de serviços, fornecimento de bens e aluguéis.

Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Composição

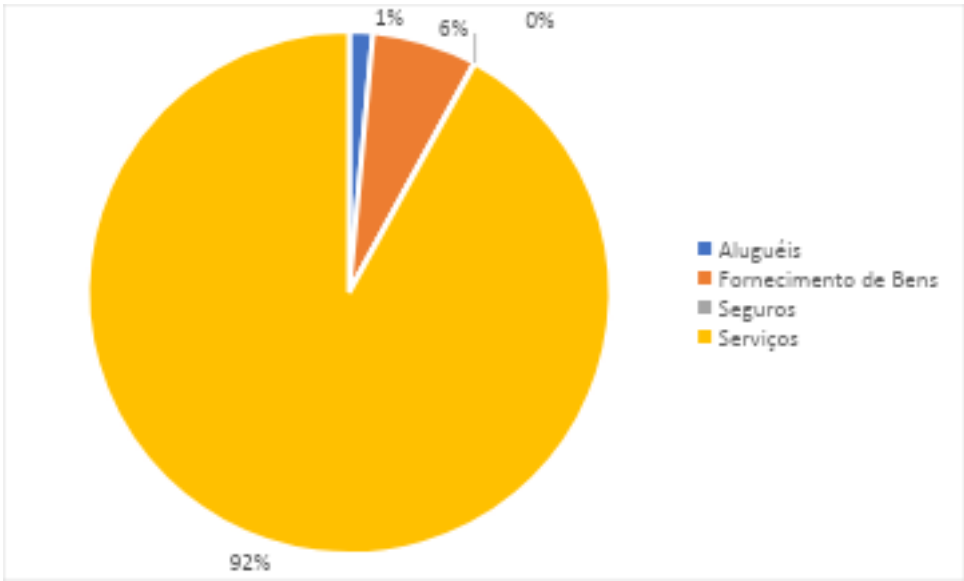
Obrigações Contratuais	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Aluguéis	1.216.193,40	1.268.769,15	-4,14%
Fornecimento de Bens	5.382.745,95	2.982.036,47	80,51%
Seguros	32.828,95	64.528,83	-49,13%
Serviços	76.354.513,51	74.183.371,27	2,93%
TOTAL	82.986.281,81	78.498.705,72	5,72%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

No período apurado, a maior variação foi registrada nos contratos de fornecimento de bens, que aumentaram 80,51% em comparação com o encerramento do ano de 2023. As obrigações contratuais relacionadas com prestação de serviços representam a maior fatia, 92,01% das obrigações assumidas pelo IFC e tiveram um acréscimo de 2,93%, compreendendo a maior

parcela de gastos do órgão a qual destaca-se os serviços terceirizados de apoio técnico, construções e fornecimento de energia. As demais obrigações mais representativas são referente os contratos com fornecimento de bens, com 6,49% do total e o de alugueis de imóveis com 1,47% conforme demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Obrigações contratuais.



Fonte: SIAFI, 2024.

As unidades do IFC que possuem o maior volume de registros de contratos são o campus Camboriú, com 22,15% do total, destacando-se o contrato com a empresa Trio Construtora e Incorporadora, responsável pela execução de obra de construção do ginásio na referida unidade, em seguida a Reitoria, responsável por 19,82% das obrigações contratuais, possuindo como obrigação mais vultuosa o contrato com a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios, responsável pelo contrato de gestão da frota (abastecimento, manutenção e lavagem) das unidades do IFC e logo depois encontra-se o campus Santa Rosa do Sul, com 12,81% sendo a principal contrata a empresa Orbenk Administração e Serviços, responsável pela execução de serviços terceirizados de cessão de mão de obra conforme tabela 17.

Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

Unidade Gestora	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Campus Camboriú	18.381.620,83	13.183.074,87	22,15%
Reitoria	16.449.074,33	20.820.036,75	19,82%
Campus Santa Rosa do Sul	10.627.918,26	9.088.291,74	12,81%
Campus Concórdia	5.798.057,19	4.767.041,81	6,99%
Campus Araquari	5.480.783,55	6.187.426,14	6,60%

Demais unidades	26.248.827,65	24.452.834,41	31,63%
Total	82.986.281,81	78.498.705,72	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Com a centralização de alguns contratos, que são executados nos campi, mas controlados pela Reitoria, o saldo dessas obrigações tem se mantido elevado na unidade da Reitoria. Dentre os saldos contratuais de maior relevância por contratado, destacamos a empresa Orbenk Administração de Serviços com 11,14% do total das obrigações contratuais vigentes, responsável por vários serviços terceirizados de cessão de mão de obra divididos em várias unidades do IFC, destacando-se o serviço de acompanhamento pedagógico. Como segundo saldo contratual de maior relevância encontra-se a empresa Trio Construtora e Incorporadora, a qual possui contrato no campus Camboriú, sendo responsável pela construção do Centro de iniciação ao esporte (ginásio) no referido campus, com 6,00% do total, seguido pelo saldo da empresa Mãos Peruanas Restaurante, Lanchonete e Eventos, responsável por 5,09% dos saldos contratuais executando serviços de restaurante e cantina em unidades do IFC. Na tabela 18 são apresentados os montantes das obrigações contratuais por fornecedor, correspondendo ao saldo de 31/12/2024.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Orbenk Administração e Serviços Ltda	9.246.707,84	11.019.712,11	11,14%
Trio Construtora e Incorporadora Ltda	4.976.321,98	4.976.321,98	6,00%
Mãos Peruanas Rest., Lanchonete e Eventos Ltda	4.227.658,98	3.050.844,14	5,09%
Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda	4.073.806,52	3.418.324,85	4,91%
Lince – Segurança Patrimonial Ltda	3.693.877,92	8.965.173,78	4,45%
Demais contratos	56.986.281,81	47.068.328,86	68,41%
TOTAL	82.671.326,01	78.498.705,72	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

4.9 Precatórios

O IFC não apresentou informações de precatórios em 31/12/2024.

4.10 Provisões

O IFC não apresentou informações de provisão em 31/12/2024.

4.11 Contingentes

O IFC não apresentou informações de contingentes em 31/12/2024.

5. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário (BO)

O BO é a demonstração contábil que evidencia a receita prevista e a arrecadada bem como as despesas autorizadas e a executada. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o encerramento do exercício de 2023.

5.1 Receitas Orçamentárias

Em 31/12/2024, o IFC arrecadou um montante total R\$ 1.714.380,06 de receitas próprias, correspondendo a 90,45% do valor inicialmente previsto na LOA. As receitas patrimoniais e de serviço, ultrapassaram o montantes esperado para o exercício, tendo arrecadado 129,55% e 110,39% respectivamente, já as receitas agropecuárias, com 84,75% do esperado e as outras receitas com 52,11% não superaram as expectativas conforme demonstrado na tabela 19.

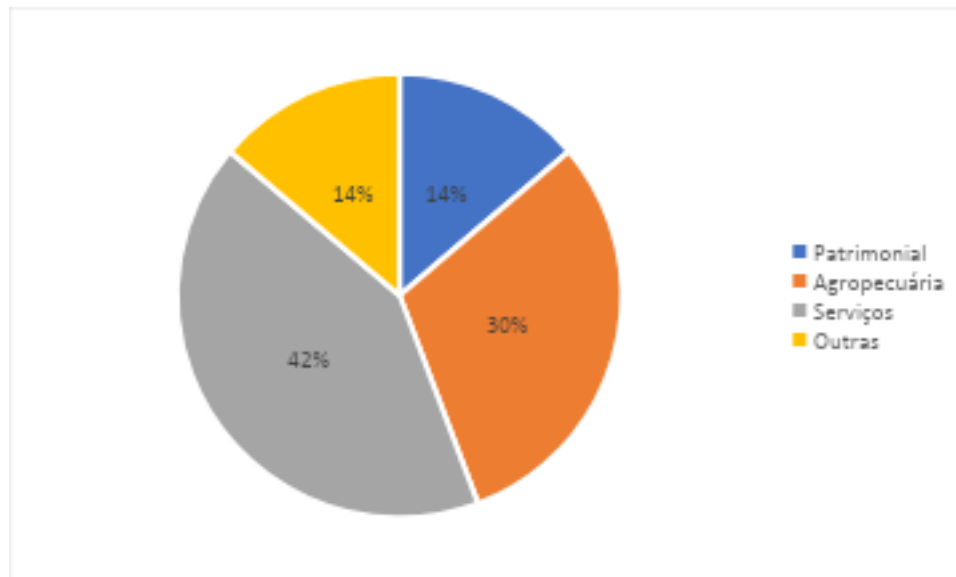
Tabela 19 – Receitas orçamentárias – Composição

Receita	Dotação inicial	Dotação atualizada	Arrecadado	Exec.
Patrimonial	182.307,00	182.307,00	236.182,57	129,55%
Agropecuária	616.804,00	616.804,00	522.734,52	84,75%
Serviços	651.214,00	651.214,00	718.857,79	110,39%
Outras receitas	445.037,00	445.037,00	231.897,18	52,11%
Total	1.895.362,00	1.895.362,00	1.714.380,06	90,45%

Fonte: SIAFI, 2024.

Apesar do IFC não ter como objetivo a arrecadação de receitas, as mesmas ocorrem devido algumas atividades que são desenvolvidas pelo ente, como a produção de produtos agropecuários em razão de seus cursos agrícolas, recolhimento de taxas de inscrição em processos seletivos, multas de bibliotecas e de contratos, além da cessão onerosa de espaços físicos como cantinas e restaurantes além de terras para cultivo, conforme proporções registradas no gráfico 8.

Gráfico 8 – Receitas orçamentárias.



Fonte: SIAFI, 2024.

As receitas mais relevantes registradas são as receitas de serviços, com 41,93% do total, provenientes principalmente da venda de vale-refeição, taxas de inscrição em processos seletivos e multas de bibliotecas, seguido pelas receitas agropecuárias, com 30,49% do total, advindas do recolhimento da venda de excedentes da produção nas unidades que possuem cursos agrícolas e os valores de outras receitas, com 13,80%, que são provenientes de receitas com multas administrativas de contratos e ressarcimento de despesas executadas por contratadas, que se utilizam de serviços pagos pelo IFC e que são ressarcidas ao órgão, como consumo de energia e água, serviço de vigilância, depreciação de bens patrimoniados, entre outros.

5.2 Despesas Orçamentárias

O ciclo do controle orçamentário começa com a previsão inicial do orçamento, denominado dotação inicial, ou seja, são os valores que são aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA. Em um segundo momento, podem ocorrer atualizações dessas dotações, provenientes de complementação de orçamento, corte ou de remanejamento entre ações orçamentárias, onde ocorre uma descentralização ou cancelamento posterior do crédito orçamentário, resultando na dotação atualizada. O recebimento de créditos extraorçamentários, advindos principalmente de TED e emendas parlamentares por exemplo, por não comporem a LOA do IFC, não são registrados como dotações iniciais ou atualizadas deste órgão, podendo gerar um percentual de execução (empenhado) acima do limite orçamentário recebido. A partir da dotação atualizada é que ocorrem os registros das despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

A despesa considera-se executada, quando ocorre a emissão da nota de empenho, sendo que em 2024, houve a execução de 102,40% do total das dotações atualizadas. A tabela 20 demonstra tais informações em números absolutos.

Tabela 20 – Despesas orçamentárias – Composição

Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada	Empenhado	Exec.
Despesas correntes	475.238.143,00	498.001.298,00	501.506.850,64	100,70%
Pessoal e encargos sociais	386.435.297,00	396.326.824,00	393.416.043,05	99,27%
Outras despesas correntes	88.802.846,00	101.674.474,00	107.820.027,12	106,04%
Despesas de capital	1.000.000,00	2.883.610,00	11.422.916,73	396,13%
Investimentos	1.000.000,00	2.883.610,00	11.422.916,73	396,13%
Total	476.238.143,00	500.884.908,00	512.929.767,37	102,40%

Fonte: SIAFI, 2024.

As despesas com pessoal e encargos possui o maior peso entre as despesas, com 79,13% do total, tendo sido executado 99,27% da dotação atualizada, que foi incrementada ao longo de 2024 através de recebimento de orçamento complementar no montante total de R\$ 9.891.527,00, ou seja, 2,56% em relação à dotação inicial. Já as outras despesas correntes correspondem a 20,30% da dotação atualizada total e tiveram uma execução de 106,04%, ou seja, R\$ 6.145.553,12 se referem à orçamento extraorçamentário recebido, tendo havido um incremento de 14,49% em relação à dotação inicial recebida por meio da recomposição orçamentária implantada pelo governo federal. As despesas de capital contribuem com apenas 0,58% de todas as despesas do órgão, uma vez que há a priorização das despesas de manutenção das unidades em detrimento às despesas com estruturação e expansão, no entanto, houve um acréscimo orçamentário de R\$ 8.539.306,73 relativos à créditos extraorçamentários, além de uma ampliação de 188,36% em relação à dotação inicial oriundo de alterações orçamentárias.

As outras despesas correntes englobam todas as despesas não obrigatórias para custear o funcionamento da máquina pública, como aquisições de materiais de consumo, contratação de serviços em geral, auxílios financeiros à estudantes, benefícios estatutários dos servidores, entre outras. Até o encerramento do exercício de 2024, o IFC teve como principais despesas correntes executadas, as provenientes de locação de mão de obra, com 23,02% do total, outros serviços de terceiros de pessoas jurídicas, com 18,16% e o auxílio-alimentação, com 18,14%, tendo sido liquidados 83,75% do total de despesas correntes empenhadas conforme demonstrado na tabela 21.

Tabela 21 – Outras despesas correntes – Composição.

Natureza de despesa	Empenhadas	Liquidadas	A.V.
Locação de mão de obra	24.824.326,89	19.350.870,94	23,02%
Outros serviços de terceiros – PJ	19.579.088,77	13.239.143,19	18,16%
Auxílio alimentação	19.554.734,68	19.554.734,68	18,14%
Auxílio financeiro a estudantes	11.497.300,16	11.111.344,78	10,66%
Material de consumo	10.570.766,06	7.111.042,07	9,80%
Demais despesas	21.793.810,56	19.935.905,33	20,21%
TOTAL	107.820.027,12	90.303.040,99	100,00%

Fonte: SIAFI, 2024.

5.3 Restos a pagar

Os restos a pagar (RP) se dividem em processados e não processados. Os restos a pagar processados (RPP), são aquelas despesas que foram empenhadas e liquidadas no exercício anterior e aguardam a execução financeira (pagamento). Já os restos a pagar não processados (RPNP), são as despesas que foram empenhadas em um exercício anterior, mas que não foram liquidadas até o dia 31 de dezembro daquele ano. A manutenção dos restos a pagar pode se dar pela falta de financeiro para realização do pagamento, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens, serviços ou obra contratadas, ou ainda pela não conclusão da aferição da entrega dos mesmos (atesto) por parte do órgão contratante.

A tabela 22 faz uma análise dos dados dos restos a pagar por estágio em comparação com o encerramento do exercício anterior onde se constata uma redução de 25,46% do total de restos a pagar, sendo o principal deles, os RPNP a liquidar, que correspondem a 93,20% do total que encolheram 27,04%. A partir de 2024, os empenhos em RAP provenientes de contratos plurianuais, podem ser mantidos, sendo incorporados à conta 631810000, conforme art. 105 da Lei 14/133/21.

Tabela 22 – Restos a pagar – Composição

Restos a pagar	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
RPNP A LIQUIDAR	4.558.919,79	6.248.544,61	-27,04%
RPNP A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	0,00	555,24	-
RPNP LIQUIDADOS A PAGAR	35.994,56	237.563,23	-84,85%
RPNP BLOQUEADOS POR DECRETO	0,00	0,00	-
RPP A PAGAR	296.747,23	75.699,38	292,01%
TOTAL	4.891.661,58	6.562.362,46	-25,46%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Em regra, os restos a pagar são maiores no início de cada exercício, haja vista que eles são inscritos na virada do ano e vão sendo consumidos ou cancelados no decorrer do exercício. Até o encerramento do ano de 2024, foram liquidados e/ou cancelados um total de R\$ 24.890.639,31 de orçamento inicialmente inscrito ou reinscrito em RP em 2024, o que corresponde a 84,52% desse total.

Na tabela 23, são apresentadas as unidades gestoras do IFC com os maiores valores de restos a pagar registrados, sendo que o campus Camboriú é a unidade responsável pela maior fatia, com 81,37%, seguida pela Reitoria, com 6,44% do total e o campus Rio do Sul, com 4,69%. Tais valores representam em sua grande parte, obras empenhadas ao longo de 2022 e 2023 e que estão em processo de execução, ou com processos administrativos de penalização.

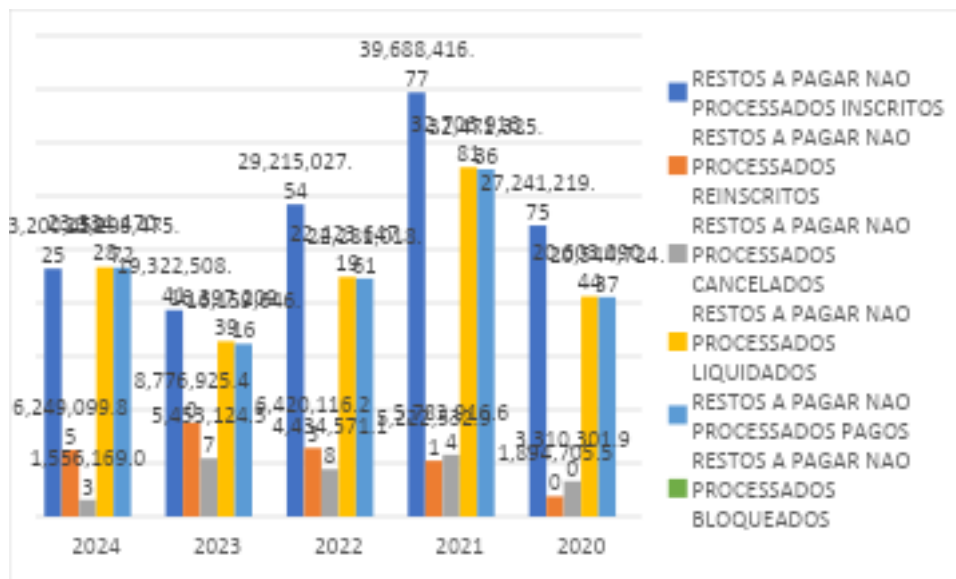
Tabela 23 – Restos a pagar – Por Unidade Gestora.

Unidade Gestora	31/12/2024	31/12/2023	A. V.
Campus Camboriú	3.980.143,39	3.968.862,52	81,37%
Reitoria	314.932,05	1.687.924,26	6,44%
Campus Rio do Sul	229.199,00	107.036,54	4,69%
Campus Blumenau	89.344,80	263.930,87	1,83%
Campus Brusque	58.085,68	69.749,01	1,19%
Demais unidades	219.956,66	464.859,26	4,50%
Total	7.996.482,73	6.562.362,46	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Com a publicação do Decreto nº 9.428 de 29/06/2018, o orçamento destinado à manutenção da educação passou a obedecer ao mesmo critério de anulação dos restos a pagar dos demais órgãos do governo federal (exceto do ministério da saúde e as emendas individuais e de bancada). Com essa alteração, começaram a valer os prazos de utilização, bloqueio e anulação dos empenhos de modo a evitar a manutenção prolongada de saldos de RP. Com as novas datas, os RP permanecem válidos até 30 de junho do segundo ano subsequente à sua inscrição como restos a pagar, sendo que após esse período o mesmo é bloqueado e, se não desbloqueado, o mesmo é anulado em 31 de dezembro do mesmo ano. Com o advento da Lei 14.133/2021, novas regras de cancelamento dos empenhos inscritos em restos a pagar foram implementadas, entre elas, o que dispõem o Art. 105, que indica que não haverá cancelamento automático dos restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual, ou seja, para empenhos provenientes de contratos que transpassam um exercício para outro, o cancelamento deve ser indicado, podendo inclusive, realizar o reaproveitamento do empenho para uma nova contratada nos casos em que houver rescisão contratual e o objeto do mesmo não tiver sido concluído ainda conforme §§ 8º e 9º do art. 90 da referida Lei. O gráfico 9 demonstra a evolução dos RPNP dos últimos 5 anos de acordo com cada estágio.

Gráfico 9 – Restos a pagar por etapa.



Fonte: SIAFI, 2020 a 2024.

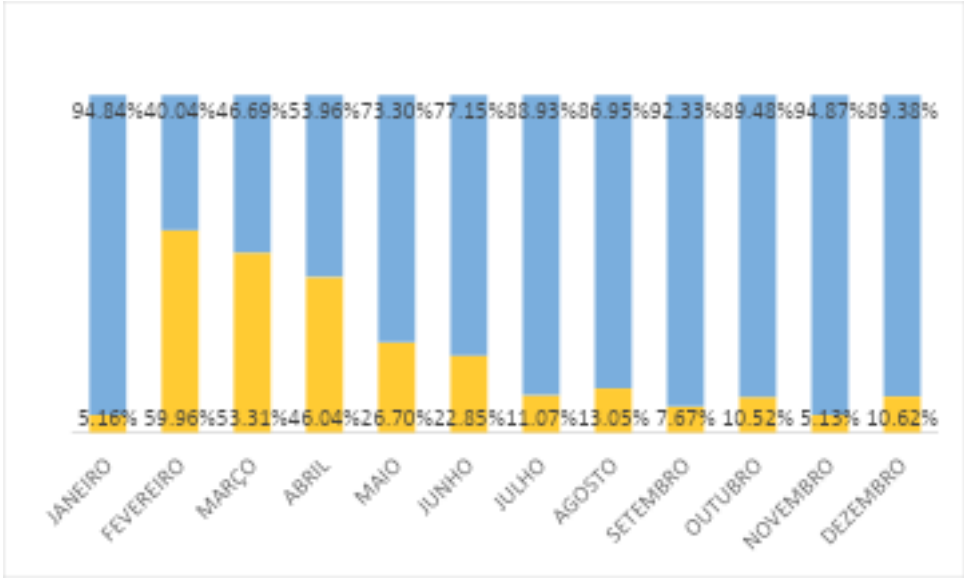
Devido as regras legais que aplicaram algumas exceções à regra acima descrita, como o Decreto nº 10.579/2020, que abriu exceção para o uso de empenhos do ano de 2020 para pagar despesas geradas apenas em 2021, a inclusão do § 9º do art. 19 na Lei 14.116/2020, que proíbe o bloqueio de empenhos inscritos em restos a pagar de 2021 no ministério da educação, e os Art. 105 e 90 da lei 14.133/2021, os indicadores dos restos a pagar se mostram instáveis. De acordo com o gráfico acima, percebe-se que o pico de inscrições de RP e por consequente, a liquidação e pagamentos desses RP ocorreram no ano de 2021. Já em relação aos valores de 2024, os RPNP inscritos são os segundos menores da série histórica e os RPNP reinscritos o terceiro menor. Já em relação aos valores que podem variar ao longo do exercício, os RPNP liquidados e pagos registraram um leve aumento e são atualmente, os segundos maiores registrados. Cabe destacar que a reinscrição de empenhos em restos a pagar, significa dizer que a despesa permanece em RP mesmo transcorrido um ano após a sua inscrição, o que pode denotar uma execução efetiva tardia dessas despesas.

5.4 Princípio da anualidade orçamentária

O princípio da anualidade orçamentária exige que as despesas do exercício devem ser pagas com recursos do próprio exercício. Ao longo do ano de 2023 iniciou-se um trabalho de mapeamento das despesas do exercício que são pagas com recursos de exercícios anteriores (RAP). Considerando apenas as despesas discricionárias, ou seja, sem levar em consideração as despesas com a folha de pagamento, seus benefícios e encargos, apurou-se que na média, 82,04% das despesas pagas em 2023, foram executadas com recursos do próprio exercício, atendendo assim ao princípio supra citado, já 17,96% das despesas daquele exercício foram pagas com RAP. Em relação ao apurado em 2024, na média, 77,33% dos pagamentos atenderam ao princípio da competência contra 22,67% que não atenderam. O pico de despesas que não atenderam ao princípio orçamentário

em 2024 foi registrado no mês de fevereiro, onde na média, 59,96% das despesas daquela competência foram pagos com RAP, sendo que tais percentuais vão reduzindo gradativamente ao longo do ano, uma vez que a incidência de tal situação é mais atenuante no início do ano, reduzindo-se os saldos de RAP no decorrer no exercício conforme demonstrado no gráfico 10 que apura os percentuais mensais de 2024.

Gráfico 10 – Princípio da anualidade orçamentária.



Fonte: SIAFI, 2024.

6. Notas Explicativas do Balanço Financeiro (BF)

O BF é a demonstração contábil que visa evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, detalhando o fluxo financeiro do período. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado.

6.1 Ingressos

Os ingressos são representados pelos totais de recebimentos orçamentários e extraorçamentários. No caso do IFC, todos os ingressos orçamentários proveniente de receitas orçamentárias são vinculados, mas estas representam apenas 0,25% do total de ingressos, já os recebimentos extraordinários e as transferências financeiras, representam ao todo 94,93% dos ingressos do órgão, deixando claro a dependência do IFC com os recursos provenientes da união. Os dados apresentados na tabela 24 foram extraídos do balanço financeiro e comparam-se com os dados do mesmo período do ano passado.

Tabela 24 – Ingressos – Composição

Ingressos	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Receitas orçamentárias	1.714.380,06	1.420.689,75	20,67%
Transferências financeiras recebidas	563.330.606,82	512.408.953,10	9,94%
Recebimentos extraordinários	79.136.746,27	69.845.617,60	13,30%
Saldo do exercício anterior	32.613.182,79	29.022.232,70	12,37%
TOTAL	676.794.915,94	612.697.493,15	10,46%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

No intervalo analisado, nota-se um aumento geral dos ingressos na ordem de 10,46%, percentual resultante principalmente do aumento de 9,94% das transferências financeiras recebidas e de 13,30% dos recebimentos extraordinários. As transferências financeiras são os valores recebidos via repasse para o pagamento das despesas empenhadas no IFC, já os recebimentos extraordinários representam, em sua grande maioria, o saldo do crédito que se encontra empenhado a liquidar, ou seja, o montante que seria inscrito em restos a pagar, sendo que a tendência é que esse valor vá baixando ao longo do exercício. Já as receitas próprias tiveram uma recuperação no seu desempenho, alcançado o percentual de 20,67% à mais do arrecadado no mesmo período do ano passado.

6.2 Dispêndios

Os dispêndios são representados pelos totais de saídas orçamentárias e extraorçamentárias. Na tabela 25 são demonstrados os dados dos dispêndios até 31/12/2024 em comparação com o mesmo período do ano passado.

Tabela 25 – Dispêndios – Composição

Dispêndios	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Despesas orçamentárias	512.929.767,37	478.608.695,01	7,17%
Transferências financeiras concedidas	57.042.950,32	57.067.793,41	-0,04%
Pagamentos extraordinários	69.677.036,89	44.407.821,94	56,90%
Saldo para o exercício seguinte	37.145.161,36	32.613.182,79	13,90%
Total	676.794.915,94	612.697.493,15	10,46%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

As despesas orçamentárias são classificadas em ordinárias e vinculadas, onde as ordinárias são de livre aplicação e as vinculadas com aplicação devidamente identificada. Na análise horizontal identificou-se um aumento em todos os dispêndios, com exceção das transferências financeiras concedidas, que são os valores repassados para as unidades do IFC, o que indica que houve um consumo maior de recursos recebidos na Reitoria em detrimento ao uso nas unidades, ou seja, o volume de sub-repasses da Reitoria às unidades foi menor em 2024 do que os valores registrados em 2023. Dentre os aumentos, destacamos os pagamentos extraordinários, que

obtiveram um aumento de 56,90%, ou seja, houve um comprometimento maior das despesas em relação ao ano passado. As despesas orçamentárias, que são os valores orçamentários efetivamente empenhados, são os dispêndios que possuem a maior representatividade, com 75,79% do total, sendo a maior parte, despesas ordinárias, a qual registraram uma variação positiva de 8,32%. Essa variação, tanto dos ingressos, como dos dispêndios mostra que a execução orçamentária foi superior à de 2023, muito pelo fato de que a inscrição de RAP em 2024 foi superior que no ano passado, conforme observado no item 5.3.

6.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro do período pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa, o segundo método consiste na dedução do saldo de caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para o resultado de 2024, identificou-se um ganho de R\$ 4.531.978,57, ou seja 26,21% à maior que o resultado de 2023, que foi de R\$ 3.590.950,09.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP é a demonstração contábil que visa evidenciar o resultado patrimonial do período, demonstrando as mutações ocorridas no patrimônio. O seu registro é realizado em decorrência do princípio da competência. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado.

7.1 Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

A variação patrimonial aumentativa decorre da exploração e venda de bens, serviços e diretos que resultam em aumento do patrimônio líquido, bem como do recebimento de transferências financeiras e valorizações e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. As VPA's com maior representatividade registradas no período se referem às transferências intragovernamentais, com 91,49% do total, a qual cresceram 9,94% nos últimos 12 meses. Como o IFC é uma autarquia dependente do orçamento fiscal e da seguridade social, ou seja, o mesmo recebe a maior parte dos recursos necessários para a sua manutenção através de recursos arrecadados pela União, as transferências são tão representativas em detrimento aos ganhos com exploração de bens e serviços que representam apenas 0,24% do total das variações patrimoniais, embora tivessem registrado um aumento de 13,65%. Já por outro lado, a valorização de ativos por incorporação, reduziu 24,11% em relação à 2023, haja vista que ao longo de 2023 ocorreram vários movimentos de ajustes no patrimônio imóvel das unidades, o que resultou em registros de incorporação e desincorporação de ativos naquele ano. No comparativo histórico, registra-se um aumento de 7,75% do total das VPA's, resultado proveniente principalmente pelo aumento de

10,16% das transferências recebidas.

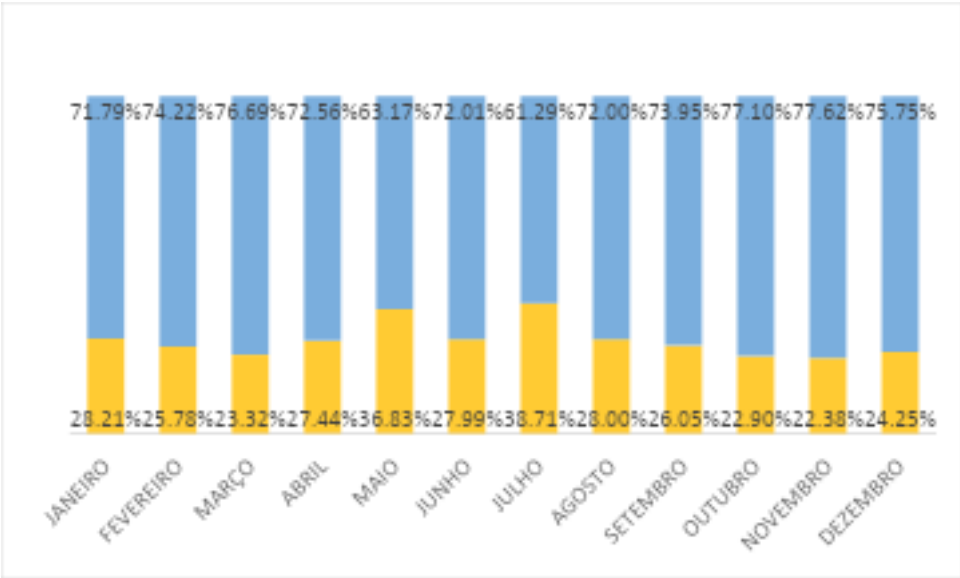
7.2 Variação Patrimonial Diminutivas (VPD)

A variação patrimonial diminutiva decorre do consumo dos recursos, das transferências financeiras concedidas e da desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos. No período analisado houve um aumento de 4,83% nas VPD's, destacando-se as variações provenientes de despesas com pessoal e encargos, que tiveram um ganho de 6,83% e os benefícios previdenciários e assistências, que registraram um aumento de 16,92%. A partir do segundo trimestre de 2023 houve um aumento de despesas com pessoal na folha de pagamento, desde a parte remuneratória até benefícios em geral, o que tem puxado o crescimento destes indicadores. Na contramão, registrou-se uma redução de 21,93% na desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos ocasionado principalmente pela redução de 53,65% nos registros de reavaliações dos bens. Já as despesas pelo uso de bens, serviços e consumo também registraram um aumento de 10,22%, resultado obtido pelo crescimento do consumo de serviços, na ordem de 18,16%, apesar da redução do consumo no uso de materiais e a depreciação e amortização, que encolheram 3,02% e 2,51% respectivamente.

7.3 Princípio da competência

O princípio da competência exige que as despesas devem ser registradas no mês em que tenha ocorrido o fato gerador. Ao longo do ano de 2023 iniciou-se um trabalho de mapeamento das despesas que são registradas no período correto da competência da despesa e quais acabam não sendo registradas de acordo com o referido princípio. Considerando apenas as despesas discricionárias, ou seja, sem levar em consideração as despesas com a folha de pagamento, seus benefícios e encargos, apurou-se que na média de 2023, 77,85% das despesas foram registradas no período correto da competência e 22,15% não, já no ano de 2024, esses percentuais passaram para 72,34% de despesas registradas na competência correta e 27,66% fora do período correto da competência conforme demonstrado no gráfico 11 que apura os percentuais mensais de 2024.

Gráfico 11 – Princípio da competência.



Fonte: SIAFI, 2024.

O mês que registrou o maior percentual do atendimento ao princípio, ocorreu em outubro, com 77,10%, e o menor em julho, com 61,29%, sendo que há pouca variação dos índices apesar dos esforços para melhorar esses indicadores.

7.4 Resultado patrimonial

O resultado patrimonial de 2024, foi de R\$ 12.574.998,42, sendo que o mesmo período do ano passado registrou um resultado negativo de R\$ 3.891.671,76, ou seja, uma variação de 423,13%, resultante principalmente pelo aumento das transferências recebidas.

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é a demonstração contábil que visa evidenciar as entradas e saídas de caixa e equivalente de caixa classificando-as em fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado.

8.1 Fluxos operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e das transferências financeiras recebidas e os desembolsos efetuados, tanto para o pagamento de despesas orçamentárias, quanto para as despesas extraorçamentárias. O IFC apresentou em 2024, um saldo acumulado das atividades operacionais de R\$ 17.249.010,73, o que representou um aumento de

3,88% em relação ao saldo do mesmo período do ano passado, sendo que, tanto os ingressos, como os desembolsos registraram aumentos parecidos, com 10,20% e 10,41% respectivamente.

As transferências financeiras recebidas representam 99,39% do total dos ingressos, tendo registrado um crescimento de 19,94% em relação ao mesmo período de 2023. Em relação aos desembolsos, a maior parcela encontra-se nas despesas com educação, que são as despesas tanto de pessoal, como as discricionárias, que aumentaram 12,47% e representam 72,33% do total. Das transferências concedidas, as transferências intragovernamentais são os valores que são executados pelo IFC em favor de outros órgãos, como é o caso dos encargos patronais do Plano Próprio de Previdência pago à Secretaria Especial da Receita Federal, que registraram um aumento de 4,88%, representando 10,62% do total de desembolsos. Já as transferências financeiras concedidas, que são os montantes repassados às unidades do IFC que realizam de forma descentralizada a execução financeira das despesas discricionárias, registraram uma redução de 0,04% em comparação com o mesmo período do ano passado.

8.2 Fluxos de investimentos

As atividades de investimento compreendem as receitas e despesas de capital, isto é, os valores relativos a constituição de dívidas, alienação de bens e direitos, reservas e transferências de capital e as aquisições de ativos imobilizados e concessão de empréstimos. Até o momento, o IFC apresentou um saldo negativo acumulado das atividades de investimento de R\$ 12.717.032,16, ou seja, 2,28% a menos que o quarto trimestre de 2023. Devido a característica do órgão, integrante do orçamento fiscal e da seguridade social do governo federal, dificilmente ocorrem ingressos de atividades de investimento, movimento esse que se confirmou em 2024, onde houveram apenas registros de desembolsos, sendo o principal deles as aquisições de ativos não circulantes, que representaram 96,39% desse total, provenientes de pagamentos de empenhos de aquisição de bens móveis e de construção de imóveis.

Também, devido a sua característica de ser uma autarquia federal, vinculada ao ministério da educação, o IFC não possui atividades de financiamento registrados nos períodos analisados.

8.3 Resultado de caixa

A geração líquida de caixa registrada no período foi de R\$ 4.531.978,57, culminando em um resultado 26,21% maior que o mesmo período do ano anterior, que apresentou uma geração de caixa na ordem de R\$ 3.590.950,09.

9. Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL é a demonstração contábil que visa evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio líquido classificando-as por reservas, ajustes de avaliação patrimonial e resultados

acumulados de modo a demonstrar a composição do patrimônio líquido. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no acumulado do quarto trimestre de 2024 em comparação com o encerramento do exercício de 2023.

9.1 Reservas e resultados

Os principais registros de mutações foram realizados nas demais reservas, que variaram 96,36% em relação ao ano de 2023 ocasionado em sua maioria, por registros de constituição de reservas de reavaliação de ativos imobilizados, a qual correspondem à 38,27% do total do patrimônio líquido do órgão no encerramento do exercício de 2024. O item de maior expressão de composição do patrimônio líquidos são os resultados acumulados, com 61,72% do total, a qual nesse período variaram 1,27%, gerando um resultado do exercício atual de R\$ 12.574.998,42. Os valores e suas variações podem ser verificadas na tabela 26.

Tabela 26 – Mutações – Composição

Especificação	31/12/2024	31/12/2023	A. H.
Reserva de capital	21.525,30	21.525,30	0,00%
Demais reservas	293.954.751,87	149.705.745,14	96,36%
Resultados acumulados	474.005.358,47	468.076.338,80	1,27%
Total	767.981.635,64	617.803.609,24	24,31%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

9.2 Ajustes de exercícios anteriores

O principal lançamento de ajustes de exercícios anteriores ocorreu no campus Santa Rosa do Sul em virtude da correção do saldo de ganho de capital em decorrência do cadastro em duplicidade de bem imóvel no Spiunet, além deste, ocorreram ainda registros de correção da depreciação acumulada dos bens imóveis não baixada em exercícios anteriores em decorrência de processos de reavaliações ocorridas naquele período, sendo que os maiores registros desta natureza ocorreram no campus Camboriú, Videira e Concórdia. Além destes, ocorreram registros também nas demais reservas em decorrência de lançamentos nas reservas de reavaliação. Apesar do resultado de R\$ 12.574.998,42 registrado no período, em decorrência dos ajustes de exercícios anteriores, o ganho total do patrimônio líquido de 2024 foi de R\$ 767.981.635,64, sendo 24,31% maior que o ganho registrado em 2023.